



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

DISSERTAÇÃO

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PROFESSORES DA
EDUCAÇÃO BÁSICA SOBRE A MULHER EM SITUAÇÃO DE
VIOLÊNCIA**

Vanessa dos Santos Anjos

2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PROFESSORES DA
EDUCAÇÃO BÁSICA SOBRE A MULHER EM SITUAÇÃO DE
VIOLENCIA**

VANESSA DOS SANTOS ANJOS

Sob a orientação do professor
Dr. Denis Giovani Monteiro Naiff

E coorientação da professora
Dra. Lusanir de Sousa Carvalho

Dissertação submetida como
requisito parcial à obtenção do grau
de **Mestre em Psicologia**, no
programa de Pós-graduação em
Psicologia da UFRRJ. Área de
concentração em Psicologia.

**Seropédica, RJ
2023**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A617r Anjos, Vanessa dos Santos, 1984-
As representações sociais de professores da educação
básica sobre a mulher em situação de violência /
Vanessa dos Santos Anjos. - Rio de Janeiro, 2023.
75 f.

Orientador: Denis Giovani Monteiro Naiff.
Coorientadora: Lusanir de Sousa Carvalho.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Programa de pós graduação em
psicologia, 2023.

1. Representações sociais. 2. Mulher em situação de
violência. 3. Professores da Educação Básica. I.
Naiff, Denis Giovani Monteiro, 1971-, orient. III.
Carvalho, Lusanir de Sousa, 1963-, coorient. III
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Programa de pós graduação em psicologia. IV. Título.

VANESSA DOS SANTOS ANJOS

Dissertação submetida como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, área de concentração em Psicologia.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 28/04/2023

Documento assinado digitalmente



DENIS GIOVANI MONTEIRO NAIFF
Data: 04/08/2023 14:27:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Denis Giovani Monteiro Naiff, Prof. Dr. UFRRJ
Orientador

Documento assinado digitalmente



SILVIA MARIA MELO GONCALVES
Data: 04/08/2023 15:07:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Silvia Maria Melo Gonçalves, Prof^a. Dr^a. UFRRJ
Avaliador

Documento assinado digitalmente



ANTONIO MARCOS TOSOLI GOMES
Data: 07/08/2023 17:24:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Antonio Marcos Tosoli Gomes, Prof. Dr. UERJ
Avaliador

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Ricardo dos Anjos, e Edna O. dos Santos Anjos, por todo amor e cuidado investidos em mim, por estarem comigo em todo tempo, sendo suporte e abrigo, me deixando segura para ir cada vez mais longe.

AGRADECIMENTOS

À Deus por me manter firme, me sustentando em todo tempo.

À minha família, pelo suporte que são em minha vida, permitindo que eu me sinta segura e confiante para avançar na direção dos meus planos e sonhos.

Ao meu orientador, Denis Naiff, e a professora, Luciene Naiff, por acreditarem no meu trabalho, e por toda contribuição de aprendizado que me permitiu crescer no conhecimento, e concluir a pesquisa.

À minha coorientadora, Lusanir Carvalho, e ao meu professor da graduação, Paulo Cogo, por toda amizade, por todo apoio que são na minha caminhada, por me incentivarem a ir cada vez mais longe, por estarem disponíveis a me socorrer todas as vezes que preciso, e por caminharem comigo na direção dos meus sonhos.

As minhas amigas, que me incentivaram, e acreditaram em mim, e que foram compreensivas em alguns momentos que precisei ficar ausente. E em especial à

Elisabete Monteiro, Luana Prazeires, e Talita Cerqueira, por terem uma participação especial e muito importante em toda essa minha jornada.

Aos meus colegas de mestrado, por toda troca e conhecimento compartilhado. Em especial à Laryssa Guerra, por todos os momentos que compartilhamos, e por caminhar ao meu lado durante todo esse tempo.

Aos meus colegas de trabalho, por toda compreensão, e ajuda possível nesse momento.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

EPÍGRAFE

Arriscar-se é perder o equilíbrio por uns tempos... Mas não se arriscar é perder-se a si mesmo para sempre.

Soren Kierkegaard

ANJOS, Vanessa dos Santos. **As representações sociais de professores da educação básica sobre a mulher em situação de violência.** 2023. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Educação, Departamento de Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2023.

RESUMO

A violência à mulher é considerada um grave problema de saúde pública e de violação dos direitos humanos, e o Brasil é o quinto país que mais mata mulheres no mundo. E em um país de cultura patriarcal a violência dirigida a mulher acaba por ser naturalizada, dificultando com que o ciclo da violência seja rompido. A educação pode ser uma forte aliada na prevenção e combate desse tipo de violência, pois a educação é considerada como o melhor meio de prevenção e combate à violência, sendo fundamental na formação de uma nova consciência para crianças e adolescentes. A educação traz conscientização e proporciona que crianças e adolescentes sejam agentes transformadores da realidade. Nesse sentido, o professor da Educação básica, se torna um dos principais atores em todo esse processo. Valendo-nos da Teoria das representações sociais proposta por Serge Moscovici que advoga que produzimos um pensamento socialmente compartilhado que direciona práticas sociais, tivemos como objetivo analisar as representações sociais dos professores da educação básica de escolas da cidade do Rio de Janeiro, em relação a mulher em situação de violência. E para isso foi utilizado como instrumento de coleta de dados um Teste de Associação Livre de Palavras (TALP), que a partir do termo indutor “Mulheres em situação de violência”, foi pedido para que os participantes expressassem espontaneamente as cinco primeiras palavras que lhes viessem à mente, no qual, nos permitiu identificar os elementos nucleares e periféricos da representação. E foi utilizado também um questionário sociodemográfico nos permitindo conhecer o perfil desse professor, além de uma pergunta aberta. E para a análise dos dados obtidos foi utilizado o software iramuteq, que nos permitiu realizar uma análise estrutural, a qual buscou descobrir os elementos constitutivos da representação, conhecer a sua organização, e descobrir o núcleo central dessa representação. Como resultado observou-se representações sociais numa perspectiva de piedade da mulher atribuindo a ela sentimentos de medo, uma vulnerabilidade, e sofrimento, além de, uma fragilidade que seria natural ao sexo feminino. Conclui-se, que ainda é forte as representações associadas ao papel de gênero, determinando características condicionadas ao sexo biológico, o que fortalece a naturalização da violência, colocando homens no lugar de agressor e mulheres no lugar de vítima.

Palavras-chave: Representações sociais; mulheres em situação de violência; professores da educação básica.

ANJOS, Vanessa dos Santos. **The social representations of basic education teachers about women in situations of violence.** 2023. Dissertation (Master in Psychology). Institute of Education, Department of Psychology, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2023.

ABSTRACT

Violence against women is considered a serious public health problem and a violation of human rights, and Brazil is the fifth country that kills the most women in the world. And in a country with a patriarchal culture, violence directed at women ends up being naturalized, making it difficult for the cycle of violence to be broken. Education can be a strong ally in preventing and combating this type of violence. because education is considered the best means of preventing and combating violence, being fundamental in the formation of a new conscience for children and adolescents. Education raises awareness and enables children and adolescents to be transforming agents of reality. In this sense, the Basic Education teacher becomes one of the main actors in this whole process. Making use of the Theory of Social Representations proposed by Serge Moscovici, who advocates that we produce a socially shared thought that directs social practices, we aimed to analyze the social representations of basic education teachers from schools in the city of Rio de Janeiro, in relation to women in a situation of violence. And for that, a Word Free Association Test (TALP) was used as a data collection instrument, which, based on the inducing term "Women in situations of violence", asked the participants to express spontaneously the first five words that came to them. came to mind, in which it allowed us to identify the nuclear and peripheral elements of the representation. And a sociodemographic questionnaire was also used, allowing us to know the profile of this teacher, in addition to an open question. And for the analysis of the data obtained, the iramuteq software was used, which allowed us to carry out a structural analysis, which sought to discover the constitutive elements of the representation, to know its organization, and to discover the central core of this representation. As a result, social representations were observed from a perspective of pity for women, attributing to her feelings of fear, vulnerability, and suffering, in addition to a fragility that would be natural to the female gender. It is concluded that the representations associated with the gender role are still strong, determining characteristics conditioned to the biological sex, which strengthens the naturalization of violence, placing men in the place of aggressor and women in the place of victim.

Keywords: Social representations; women in situations of violence; basic education teachers.

SUMÁRIO

Introdução	11
1 – Violência contra a mulher	16
1.1 – Dados da violência contra a mulher no Brasil e no mundo	16
1.2 – Tipos de violência contra a mulher	19
1.3 – Naturalização da violência	24
1.3.1 – O patriarcado e as relações de gênero.....	24
1.3.2 – Cultura do machismo	28
1.4 – Educação Básica, seus professores e as relações de gênero	32
2 – Representações Sociais.....	36
2.1 – A Teoria das Representações Sociais	36
2.2 – Abordagem estrutural	41
3 – Objetivos	45
4 – Método	45
4.1 – Amostra	45
4.2 – Instrumentos	46
4.3 – Aplicação dos instrumentos	47
4.4 – Análise dos dados	48
4.5 – Ética em pesquisa	48
5 – Resultados e discussão	49
5.1 – Análise dos dados sociodemográficos	49
5.2 – Análise prototípica	57
Considerações finais.....	62
Referências	64
Anexos.....	70

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é considerada um grave problema de saúde pública e de violação dos direitos humanos. Estimativas da Organização Pan-Americana da Saúde junto com a Organização Mundial de Saúde (OPAS/OMS, 2017) apontam que em todo o mundo, aproximadamente uma em cada três mulheres sofreram violência física e/ou sexual por parte do parceiro ou de terceiros durante a vida. De acordo com a folha de São Paulo (2019), o Brasil registra um caso de agressão à mulher a cada 4 minutos; além de estar no ranking do quinto país que mais mata mulheres no mundo (ONU, 2016).

Tendo em vista ser um país de cultura patriarcal: “em sua definição mais ampla, significa a manifestação e institucionalização da dominância masculina sobre mulheres e crianças na família e a extensão da dominância masculina sobre as mulheres na sociedade em geral.” (LERNER, 2019, p. 295) e um país onde a violência à mulher ainda é bastante naturalizada,-algumas pessoas não dispõem de meios para identificar e se perceberem em situação de violência ou como promovedores da violência contra a mulher, por acreditarem que só se configura violência quando esta deixa marcas visíveis no corpo. A violência dirigida a mulheres ainda está associada ao olho roxo e a outras lesões físicas aparentes, desconsiderando todas as outras formas de violência contra a mulher que existem, como por exemplo, a violência psicológica, violência sexual, violência patrimonial e violência moral.

Muitas vezes as violências contra a mulher ocorrem dentro de casa por um companheiro ou familiar. Todas essas formas de violência podem deixar marcas e sequelas graves na vida da mulher, sejam físicas e/ou psicológicas. Uma outra característica da violência contra a mulher é decorrer de um ciclo que pode começar com tipos de violência de difícil detecção e ir piorando com o tempo. Esse ciclo pode se dar em anos e acabar por ser naturalizado como uma forma de “proteção”, “cuidado” e “amor”. Isso colabora com a manutenção de relacionamentos abusivos, dificultando com que o ciclo da violência seja rompido. O último estágio pode ser até o feminicídio que é “todo homicídio praticado contra a mulher por razões da condição do gênero feminino e em decorrência da violência doméstica e familiar, ou por menosprezo ou discriminação à condição de mulher.” (TJPR).

A cultura do machismo é definida como “a ideologia de supremacia masculina, de superioridade masculina e de crenças que a apoiem e sustentem.” (LERNER, 2019, p. 296). Nota-se que há a ideia de inferioridade e fragilidade feminina, como se essas fossem características condicionadas ao sexo, assim tudo o que é relacionado ao feminino é visto como inferior. “Machismo e patriarcado se reforçam de forma mútua.” (LERNER, 2019, p. 296).

São estabelecidos lugares específicos para mulher e para os homens na sociedade, às mulheres seriam designados os lugares inferiores, os lugares de submissão aos homens. “... a mulher já nasce com suas possibilidades limitadas, pressionada socialmente a ser submissa ao seu marido, corresponder a imagem esperada de mãe, esposa, dona de casa considerando corresponder essas expectativas sua principal e mais importante função.” (ALVES et al. 2016, p. 105)

O machismo dita como mulheres e homens devem se comportar na sociedade e quais papéis devem exercer, e quando se comportam fora do papel determinado pela sociedade são malvistos. Não é por um acaso que quando valores conservadores ficam exacerbados em uma cultura, o comportamento da mulher é sempre um alvo direto. O movimento feminista e mesmo qualquer pauta feminista é vista com desconfiança e medo de quebra de regras ditas “naturais” ou sagradas. Alves et al (2016) salienta esse ponto quando diz: “A mudança no comportamento feminino gerou espanto e temor na sociedade...” (ALVES et al. 2016, p.105)

Em um país de cultura patriarcal, as representações sociais do que é família, do que é ser homem, e do que é ser mulher, estão fortemente relacionadas a construção e permanência de homens e mulheres em relacionamentos desiguais em relação ao exercício do poder que pode gerar violência. A ideia de uma família ideal e de qual papel deve exercer para que essa família se mantenha, permeia um universo em que se inclui a violência à mulher (QUEIROZ, 2004). “Do ponto de vista das representações sociais, que circulam no imaginário social, parece existir apenas um modelo “ideal” de família, mesmo que seja um padrão a ser atingido a qualquer preço” (DINIZ et al., 2007, p.2).

Segundo Naiff et al. (2013), a família passou a ocupar o lugar de principal grupo de socialização do indivíduo, sendo atribuído à mulher a responsabilidade de formar o cidadão. À mulher é lançada a responsabilidade de manter essa família idealizada,

na qual, todos os membros exercem o papel determinado socialmente, como argumenta Queiroz (2004, p.180) ao dizer que a mulher deve ser afetiva em uma relação independente de sua satisfação ou felicidade.

No mundo de hoje é forte a presença da mulher na esfera pública, tanto no campo de trabalho, quanto se dedicando aos estudos, e entre tantos outros lugares. Dessa maneira, à mulher veio a sobrecarga de exercer tantos outros papéis, além de, o de dona de casa e mãe. “A mulher atual sente a urgência de adotar os novos padrões de comportamentos femininos que pregam a igualdade de direitos com os homens e a necessidade de realização pessoal em sua vida, mas ainda carrega os antigos desejos impostos por sua cultura.” (NAIFF et al., 2013).

O desejo de formar e manter a família “ideal” permeia o imaginário social. As representações sociais impostas a homens e mulheres acabam por nutrir a violência à mulher. A busca por esse “ideal” de família, e pelo modo de ser homem e mulher, tem custado um preço caro para a sociedade: “No entanto, cabe, aqui, ressaltar que a própria ideia de família é uma construção social e o modelo que hoje parece natural não é o único existente, tampouco o mais “correto”. (DINIZ et al. (2007, p.2).

Tendo em vista este cenário, a educação, pode ser considerada como o melhor meio de prevenção e combate à violência, sendo fundamental para a desnaturalização da violência contra a mulher e para a formação de uma nova consciência para crianças e adolescentes e que possam ser agentes transformadores da realidade.

O espaço da escola é um lugar de suma importância para a formação do cidadão, pois, entre outras coisas, a escola deve auxiliar na formação do conhecimento, em um desenvolvimento social baseado no respeito e no diálogo, na construção de um senso de responsabilidade, e no desenvolvimento de um pensamento crítico, que consequentemente nos auxiliaria na desnaturalização do que jamais deveria ser visto como natural, como por exemplo, a violência à mulher.

No Brasil, temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº9.394/1.996), conhecida como LDB, que estabelece a garantia da educação básica, obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, e que organiza a educação básica em Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. É na educação básica que começa o desenvolvimento das noções de cidadania, respeito, ética e responsabilidade. A

criança começa a ter contato com o meio social fora do seu núcleo familiar passando a lidar com novas regras, deveres e direitos.

Em 10 de junho de 2021, foi criada a Lei 14.164/21, que altera a Lei nº 9.394/1996 para incluir conteúdo sobre prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica e institui a Semana Escolar de Combate à violência Contra a Mulher. E tendo como alguns de seus objetivos, impulsionar a reflexão crítica entre estudantes, profissionais da educação e comunidade escolar sobre a prevenção e o combate contra à violência contra a mulher; e promover a igualdade entre homens e mulheres, de modo a prevenir e a coibir a violência contra a mulher.

A longo prazo poderemos então, ver os efeitos da lei não somente no resultado, que é o fim da violência contra a mulher, mas também ver os efeitos na base, na estrutura, na cultura de como é vista e pensada a posição ocupada por homens e mulheres na sociedade, e os papéis sociais exercidos por cada um. Trabalhando na base é possível mudar a consciência de violência e desigualdade por respeito e igualdade. Um dos principais atores no auxílio de todo esse processo é o professor.

Sendo assim, o professor da educação básica, se faz de extrema importância no preparo da formação do cidadão, e na conscientização dos alunos em relação a violência contra a mulher desde o início de sua formação. Portanto, é de total relevância entender o que pensam esses profissionais a respeito da mulher em situação de violência, quais são as suas representações sociais a esse respeito. Afinal, suas crenças e suas representações sociais vão influenciar no modo como se posicionam e se relacionam no mundo. Vão guiar seus comportamentos e suas práticas, orientar suas ações e reações na vida.

Dessa maneira pode ser essencial o trabalho dos professores da educação básica na conscientização de seus alunos no campo da prevenção com a promoção de informação, reflexão, e desnaturalização da violência à mulher. “A violência contra a mulher deve ser entendida como um problema social complexo, cujas características possuem dinâmicas específicas, e que pode se expressar de diferentes maneiras de acordo com os contextos socioculturais nos quais ocorre.” (CREPOP, 2013, p.50).

Além do mais, o corpo docente da educação básica, principalmente na Educação Infantil e Ensino Fundamental, é marcada com uma forte presença de

profissionais mulheres, sendo vista por muitos como uma profissão feminina, reforçando a ideia da existência de funções e papéis determinados para mulheres e homens, colocando mulheres e homens em posições diferentes na sociedade.

A educação e seus profissionais podem ser fortes aliados na prevenção e combate à violência a mulher. E o modo como os professores da educação básica pensam em relação a mulher em situação de violência pode vir a fazer a diferença na prevenção e no combate a tal violência, ou de modo contrário acabar por perpetuar mais violência, e além de colocar essa mulher no lugar de culpada ao invés de colaborar para o seu processo de ressignificação e saída da situação de violência.

Neste estudo, buscaremos identificar e analisar as representações sociais que professores da educação básica têm em relação a mulher em situação de violência, a partir dos conteúdos e da estrutura representacional. E com isso, partiremos de um panorama dos dados da violência contra a mulher no Brasil e no mundo enfatizando a urgência do combate a tal violência. E diante de uma violência tão naturalizada entendemos que se faz necessário uma descrição dos tipos de formas de violência contra a mulher e o modo como se caracterizam. Partiremos para um capítulo que explore a teoria psicossocial que dá suporte ao presente estudo, a saber: teoria das representações sociais e por fim apresentaremos o método do estudo.

Capítulo 1 – Violência contra a mulher

1.1 – Dados da violência contra a mulher no Brasil e no mundo

A violência à mulher é um fenômeno complexo de grandes dimensões e constitui uma das formas de violação dos direitos humanos. A magnitude do problema pode ser verificada através de dados de pesquisas encomendadas por diversos órgãos e setores interessados nessa temática.

O painel de violência contra as mulheres do Senado Federal (Senado Federal, 2016), mostra que no Brasil em 2016, 185.308 (cento e oitenta e cinco mil e trezentos e oito) notificações de violência a mulheres foram realizadas por órgãos de saúde. No Estado do Rio de Janeiro esse número foi de 15.076 (quinze mil e setenta e seis) notificações, dando um total de 172, 7 notificações por 100 mil mulheres. Já a taxa de homicídio de mulheres no Brasil foi de 4,4 por grupo de 100 mil mulheres.

Em 2018, o ligue 180, que é uma Central de Atendimento à Mulher que desde 2014 atua como disque-denúncia, recebendo e encaminhando as denúncias de violência à mulher no Brasil e no exterior, registrou 92.663 (noventa e dois mil e seiscentos e sessenta e três) denúncias, das quais 62.485, (sessenta e dois mil e quatrocentos e oitenta e cinco) denúncias foram de violência doméstica e familiar. O ligue 180 registrou em 2018, denúncias de menores de 18 anos a maiores de 70 anos, e em 86% dos registros, as agressões foram cometidas por homens.

O Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH), atualizado no dia 07 de julho de 2022, registrou 31.314, (trinta e um mil e trezentos e quatorze), denúncias de violência doméstica e familiar contra a mulher. E 11.709, (onze mil e setecentos e nove), denúncias de outros tipos de violência contra a mulher no Brasil. (BRASIL, 2022).

A lei Maria da Penha, em seu capítulo I, cita como medidas integradas de prevenção “a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e a frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher...”.

Ou seja, os dados são de suma importância na luta contra a violência contra a mulher, e a falta deles pode ser um obstáculo ao enfrentamento dessa violência.

A ausência de dados estatísticos adequados, discriminados por sexo, sobre o alcance da violência dificulta a elaboração de programas e o acompanhamento das mudanças ocorridas. A documentação e a pesquisa insuficientes sobre violência doméstica, o assédio sexual, e a violência contra mulheres e meninas, em privado e em público, inclusive no local de trabalho, são obstáculos a dificultar os esforços dirigidos a desenvolver estratégias de intervenção concretas. (Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, 1995, P.112)

Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) a forma mais comum de violência contra a mulher é a violência por parceiro íntimo, e a violência por parceiro íntimo do sexo masculino resulta em 38% de assassinatos de mulheres no mundo. A OPAS define a violência por parte do parceiro como “O comportamento de um parceiro ou ex-parceiro que causa danos físicos, sexuais ou psicológicos – incluindo agressão física, coerção sexual, abuso psicológico e comportamentos de controle”.

E ainda de acordo com a OPAS, uma em cada quatro mulheres e meninas com 15 anos ou mais nas Américas já sofreram violência física e /ou sexual por parte de um parceiro. A OPAS também relata que uma em cada três mulheres e meninas de 15 a 49 anos nas Américas sofreram violência física e/ou sexual por um parceiro ou violência sexual não-parceira. E que 15% das mulheres no Japão e 71% das mulheres na Etiópia relataram terem sofrido violência física e/ou sexual por parte de um parceiro em sua vida.

De acordo com o dossiê da Agência Patrícia Galvão (2018) que é uma plataforma que reúne pesquisas, fontes e síntese sobre violência contra as mulheres no Brasil, três mulheres são vítimas de feminicídio a cada um dia, uma travesti ou mulher trans é assassinada no país a cada 2 dias, e 26 mulheres sofrem agressão física por hora.

Para a Organização Pan-Americana de Saúde, alguns dos fatores relacionados ao aumento do risco de praticar ou cometer violência e ainda o aumento do risco de ser vítima de parceiros e de violência sexual, estão: a baixa escolaridade, exposição à violência na família e entre os pais, abuso e maus-tratos durante a infância, além de

atitudes que permitem violência e desigualdade de gênero. A OPAS afirma ainda, que programas escolares, o aumento do empoderamento econômico e social das mulheres, a formação em igualdade de gênero, e as iniciativas comunitárias contra a desigualdade de gênero, podem ser eficazes na prevenção e na redução da violência por parte de parceiros.

O fórum Brasileiro de Segurança Pública, através do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, apresentou dados do quadro de violência vivenciado por meninas e mulheres no período da pandemia de covid-19, que corresponde ao período de março de 2020, até dezembro de 2021. O quadro registrou 2.451 (dois mil e quatrocentos e cinquenta e um) casos de feminicídio e 100.398 (cem mil e trezentos e noventa e oito) casos de estupro e estupro de vulnerável de vítimas do gênero feminino.

Ainda segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2021, no Brasil, em média, uma mulher foi vítima de feminicídio a cada 7 horas, correspondendo a uma taxa de mortalidade por feminicídio de 1,22 mortes a cada 100 mil mulheres. E os casos de estupros e estupros de vulneráveis no Rio de Janeiro foram de 4.432 (quatro mil e quatrocentos e trinta e dois) casos. E no Brasil inteiro foram registrados em 2021, 56.098 (cinquenta e seis mil e noventa e oito) boletins de ocorrência de estupros, incluindo estupros de vulnerável apenas do gênero feminino. O que significaria dizer, segundo o dossiê Patrícia Galvão (2018), que uma menina ou mulher é estuprada a cada 10 minutos no país.

Os dados nos mostram que ainda é urgente que medidas eficazes sejam tomadas em relação a violência contra a mulher e que a igualdade de gênero é um fator muito importante no combate dessa violência. A OPAS afirma que “em relação à prevenção primária, há evidências de países de alta renda que mostram a eficácia de programas escolares para prevenir a violência em relacionamentos.” E que para “propiciar uma mudança duradoura, é importante promulgar leis e formular políticas que: Abordem a discriminação contra as mulheres, promovam a igualdade de gênero, apoiem as mulheres e ajudem a adotar normas culturais mais pacíficas.”

Os dados de pesquisas sobre a violência contra a mulher, permite que conheçamos melhor a violência, suas causas e contextos, além de nos dar um panorama geral sobre o quadro de violência contra a mulher no Brasil e no mundo. E

assim, permitindo também que sejam criadas estratégias de prevenção e enfrentamento, e que políticas públicas sejam planejadas com uma maior eficácia.

1.2 – Tipos de violência contra a mulher

Dentre as várias definições de violência, temos a violência contra a mulher, e a violência doméstica e familiar contra a mulher. De acordo com a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994), entende-se por violência contra a mulher qualquer ação ou conduta, baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado. Já a violência doméstica e familiar contra a mulher é definida pela Lei 11.340 (Lei Maria da Penha, 2006) como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, no âmbito da unidade doméstica, no âmbito da família, ou em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independente de coabitacão.

A Organização Mundial de Saúde (2002), define violência como: O uso intencional da força física e do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte, ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento e privação. De acordo com OMS (2002) a inclusão da palavra “poder” permite uma ampliação do entendimento da violência para também os atos resultantes de uma relação de poder.

E quanto a tipologia da violência, a OMS (2002), separa em três grandes categorias, violência dirigida a si mesmo (auto infligida); violência coletiva; e violência interpessoal. A violência interpessoal é dividida em duas subcategorias, a violência comunitária, e a violência da família e de parceiro(a) íntimo(a). Esta última, a OMS (2002) define como: “violência que ocorre em grande parte entre os membros da família e parceiros íntimos, normalmente, mas não exclusivamente dentro de casa.” Já quanto a natureza da violência, pode ser física; sexual; psicológica; e envolver privação e negligência.

Muitos ainda não conseguem identificar uma violência se ela não deixar uma marca física aparente. E muitas mulheres acreditam que a situação de violência em que vivem é natural dos relacionamentos, e que o modo como são tratadas pelos seus parceiros trata-se do modo natural do ser homem.

Em pesquisa realizada por Queiroz (2004), na qual, a autora buscou entender as representações sociais da violência conjugal, a maioria das entrevistadas descreveu o “ser homem” como alguém que não chora, que é forte, agressivo, que tem liberdade, e que tem domínio sobre as mulheres, um ser que é naturalmente violento. Já o “ser mulher” é descrito, entre outras coisas, como um ser que é paciente, sensível, fraca, indefesa, discriminada, esposa e dona de casa. Além de, a figura da mulher estar fortemente associada à maternidade. Queiroz (2004), ressalta que a figura da mulher é representada como alguém que precisa do outro para ser definida, um ser incompleto, um ser para o outro, seja esse outro, os filhos ou companheiro.

Mas de que forma todas essas violências se manifestam dentro dos relacionamentos? O Instituto Maria da Penha (IMP, 2018), e o texto do ministério da saúde, Impacto da violência na saúde dos brasileiros (2005), trazem exemplos que ocorrem na realidade dos brasileiros, e que mostraremos a seguir:

Violência física

- Espancamento
- Atirar objetos
- Sacudir
- Apertar os braços
- Estrangulamento ou sufocamento
- Lesões com objetos cortantes ou perfurantes
- Ferimentos causados por queimaduras ou arma de fogo e tortura
- Agredir deixando marcas como arranhões, hematomas, manchas, cortes e fraturas

Violência psicológica

- Humilhar e ameaçar, sobretudo diante de filhos e filhas.
- Constrangimento
- Proibir de trabalhar fora, de ter sua liberdade financeira e de sair.
- Deixar o cuidado e a responsabilidade do cuidado e da educação dos filhos e das filhas somente para a mulher.
- Privar de afeto, de assistência e de cuidados quando a mulher está doente ou grávida.
- Ignorar e criticar por meio de ironias e piadas.
- Manipulação
- Isolamento (proibir de estudar e viajar ou de falar com amigos e parentes)
- Vigilância constante
- Perseguição insistente
- Insultos
- Chantagens
- Exploração
- Ridicularização
- Tirar a liberdade de crença
- Distorcer e omitir fatos para deixar a mulher em dúvida sobre a sua memória e sanidade (Gaslighting).
- Falar mal do seu corpo, não deixar se maquiar, cortar o cabelo e usar a roupa que gosta.
- Insinuar que tem amante para demonstrar desprezo.

Violência sexual

- Forçar relações sexuais quando a mulher está com alguma doença, colocando sua saúde em risco.
- Forçar relações sexuais, em geral.
- Estuprar e assediar sexualmente.
- Exibir do desempenho masculino.
- Produzir gestos e atitudes obscenos, no trato com as mulheres.
- Obrigar a mulher a fazer atos sexuais que causam desconforto ou repulsa.
- Impedir o uso de métodos contraceptivos ou forçar a mulher a abortar.
- Forçar matrimônio, gravidez ou prostituição por meio de coação, chantagem, suborno ou manipulação.
- limitar ou anular o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher.
- Criticar seu desempenho sexual.

Violência patrimonial

- Controlar o dinheiro, deixar de pagar pensão alimentícia.
- Destrução de documentos pessoais ou profissionais.
- Furto, extorsão ou dano, estelionato.
- Privar de bens, valores ou recursos econômicos.
- Causar danos propositais a objetos da mulher ou dos quais ela goste.

Violência moral

- Acusar a mulher de traição.
- Emitir juízos morais sobre a conduta.
- Fazer críticas mentirosas.

- Expor a vida íntima.
- Rebaixar a mulher por meio de xingamentos que incidem sobre a sua índole.
- Desvalorizar a vítima pelo seu modo de se vestir.

Entender como os tipos e formas de violência se caracterizam dentro das relações pode ajudar mulheres e homens em uma reflexão e conscientização sobre o modo como se relacionam, e com isso, podendo vir a ajudar também na quebra do ciclo da violência.

O Instituto Maria da Penha apresenta o ciclo da violência e suas fases, identificado pela psicóloga norte-americana Lenore Walker. “Apesar de a violência doméstica ter várias faces e especificidades, a psicóloga norte-americana Lenore Walker identificou que as agressões cometidas em contexto conjugal ocorrem dentro de um ciclo que é constantemente repetido.” (Instituto Maria da Penha, 2018)

O ciclo da violência é caracterizado por três fases, sendo elas a fase da tensão, fase da explosão e fase da lua de mel. Na fase da tensão, como o nome já sugere, um clima de tensão está no ar, a mulher já começa a medir as palavras que vai usar, e começa a achar que pode estar no controle da situação se souber o que vai falar e como se comportar, muitas vezes se sente culpada e responsável pela situação, e em alguns momentos tenta associar a irritabilidade do homem a algum evento, como por exemplo, algum problema no trabalho, cansaço, ou excesso de bebida. Nessa fase o homem já começa com violência psicológica, e se mostra bastante irritado. Gritos, ameaças e destruição de objetos se fazem presentes. “A mulher tenta acalmar o agressor, fica aflita e evita qualquer conduta que possa “provocá-lo”. As sensações são muitas; Tristeza, angústia, ansiedade, medo e desilusão são apenas algumas.” (Instituto Maria da Penha, 2018).

Na fase da explosão as agressões ficam mais intensas e constantes, toda tensão explode em agressão, trazendo medo e ansiedade para mulher. “Aqui ela sofre de uma tensão psicológica severa (insônia, perde de peso, fadiga constante, ansiedade) e sente medo, ódio, solidão, pena de si mesma, vergonha, confusão e dor.” (Instituto Maria da Penha, 2018).

Na fase conhecida como lua de mel, o agressor se mostra arrependido, com sentimento de culpa, e promete que as agressões não vão voltar a acontecer. Ele se mostra apaixonado, e um certo período de calmaria se apresenta. E assim a mulher acredita que ele realmente irá mudar. “Como há demonstração de remorso, ela se sente responsável por ele, o que estreita a relação de dependência entre vítima e agressor.” (Instituto Maria da Penha, 2018).

O ciclo tende a se repetir com um período cada vez mais curto e com muito mais intensidade. Se o ciclo não for quebrado, ele pode resultar em agressão física grave ou até mesmo em feminicídio. “Com o tempo, os intervalos entre uma fase e outra ficam menores, e as agressões passam a acontecer sem obedecer à ordem das fases. Em alguns casos o ciclo da violência termina com o feminicídio, que é o assassinato da vítima.” (Instituto Maria da Penha, 2018).

1.3 – Naturalização da violência

1.3.1 – O patriarcado e as relações de gênero

Apesar da lei Maria da Penha existir desde 2006, ainda nos dias de hoje a violência a mulher é ainda bastante naturalizada na nossa cultura, o que traz bastante dificuldade das pessoas se perceberem vivendo em uma situação de violência. Questões como, “o homem é o provedor da família”, “mulher precisa ter filhos para ser mulher de verdade”, “homens são protetores” e “mulheres precisam ser protegidas”, são algumas das representações sociais que ainda se mantém em nossa cultura, e acabam por fazer a manutenção de relacionamentos violentos, colocando homens em uma posição de poder e as mulheres em um lugar de submissão, e com isso, perpetuando o domínio patriarcal. Questões como essas naturalizam a violência à mulher, dificultando que o ciclo da violência seja rompido. “Vale ressaltar, que o domínio patriarcal se mantém e se perpetua por meio da violência de gênero tendo por finalidade conservar a autoridade dos homens e o controle das mulheres”. (QUEIROZ, 2004, p.57).

Gênero é a definição cultural de comportamento definido como apropriado aos sexos em dada sociedade, em determinada época. Gênero é um conjunto de papéis culturais. É uma fantasia, uma máscara, uma camisa de força com

a qual homens e mulheres dançam sua dança desigual. (LERNER, 2019, P.293)

Nesse sentido, o gênero acaba por se revelar uma camisa de força: o homem deve agredir, porque macho deve dominar a qualquer custo e a mulher deve suportar agressões de toda ordem, porque seu “destino” assim determina. (QUEIROZ, 2004).

Porém, os papéis de gênero são construídos socialmente e não determinados biologicamente. Sendo assim, os papéis sociais que são atribuídos aos sexos masculino e feminino não são naturais, e sim, uma construção social do que seria masculinidade e feminilidade de acordo com a cultura e tempo vividos. A sociedade com sua história e cultura vão estabelecendo os papéis que o sexo determinado biologicamente deve exercer, condicionando sexo biológico a papel socialmente estabelecido. E nesse condicionamento de papéis, homens e mulheres, muitas vezes, se tornam presos a cumprirem os papéis que lhes são impostos, como se essa fosse a única e verdadeira possibilidade de existência. E dessa maneira, situações de violência contra a mulher acabam por parecer naturais.

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e mulheres. O gênero é, segundo essa definição uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. (SCOTT, 1989, p.99)

Gerda Lerner, em seu livro, “a criação do patriarcado” (1986), o qual busca compreender a história de dominação masculina e de exclusão das mulheres, apresenta estudos que buscam origens e hipóteses para o surgimento do fenômeno. E uma das descobertas de antropólogas feministas que Lerner apresenta em seu livro, é que a dominação masculina não era universal, pelo contrário, foram encontradas sociedades nas quais a diferença dos sexos não imputava uma dominação ou submissão, e as atividades realizadas por homens e mulheres tinham o mesmo grau de importância. “Nessas sociedades, os sexos eram considerados “complementares”; seus papéis e status eram diferentes, mas nivelados”. (LERNER, 1986, p.39).

Outra teoria que tenta compreender o surgimento das sociedades patriarcais, é a teoria de Friedrich Engels, em seu livro, “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” (2019). Engels, afirma que “entre todos os selvagens e em todas as tribos que se encontram nas fases inferior, média e até em parte na superior da barbárie, a mulher não só é livre, mas também muito considerada”. (ENGELS, 2009, P.43)

Na teoria apresentada por Engels (2019), existiam sociedades as quais a economia prevalente das famílias era a economia doméstica comunista. Nessas famílias o sistema que prevalecia não era o patriarcado, mas sim um sistema igualitário ou até mesmo matriarcal. Na economia doméstica comunista que Engels apresenta “não havia necessidade de agricultura em grande escala, de indústria que jogasse no mercado produtos de todo tipo, uma vez que não havia compra e venda, não havia moeda e, portanto, inexistente era também qualquer espécie de comércio.”(Engels, 2019, p.4).

Nessas sociedades as mulheres detinham o poder e mandavam na casa. E seria com o surgimento da propriedade privada junto com a transição do direito materno para o direito paterno que o sistema patriarcal começaria a prevalecer. “Mas economia doméstica comunista significa predomínio da mulher na casa, do mesmo modo que o reconhecimento exclusivo de uma mãe natural, na impossibilidade de conhecer com certeza o verdadeiro pai, significa elevada consideração pelas mulheres, isto é, pelas mães.” (Engels, 2019, p.42).

A derrocada do direito materno foi a derrota do sexo feminino na história universal. O homem tomou posse também da direção da casa, ao passo que a mulher foi degradada, convertida em servidora, em escrava do prazer do homem e em mero instrumento de reprodução. Esse rebaixamento da condição da mulher, tal como aparece abertamente sobretudo entre os gregos dos tempos heroicos e mais ainda dos tempos clássicos, tem sido gradualmente retocado, dissimulado e, em alguns lugares, até revestido de formas mais suaves, mas de modo algum eliminado. (Engels, 2019, Pg. 50.)

Essas teorias supracitadas apontam como que os papéis de gênero são uma construção social de acordo com a cultura e tempo vivido, e não uma determinação biológica. As mulheres não são naturalmente inferiores, porém, essa ideologia foi tão naturalizada que ainda é difícil para muitos compreenderem. “Trata-se de algo visto

de modo tão natural e instintivo, que muitas e muitos de nós sequer nos damos conta. Portanto ler e falar sobre o patriarcado é desnaturalizar nossa existência.” (Aronovich, 2019, p.18) É preciso que as mulheres conheçam a sua história e a sua força, e que saibam que a inferioridade da mulher foi algo construído socialmente, e que é possível que uma sociedade igualitária entre homens e mulheres seja construída.

O sistema patriarcal só funciona com a cooperação das mulheres, adquirida por intermédio da doutrinação, privação da educação, da negação das mulheres sobre sua história, da divisão das mulheres entre respeitáveis e não respeitáveis, da coerção, da discriminação no acesso a recursos econômicos e poder político, e da recompensa de privilégios de classe dada às mulheres que se conformam. As mulheres participam no processo de sua subordinação porque internalizam a ideia da sua inferioridade. (Aronovich, 2019. Pg. 18)

Mulheres estão sendo agredidas e mortas dentro de suas próprias casas e por membros de sua própria família. A casa deveria ser o local onde mulheres e homens deveriam se sentir protegidos, porém, isso só tem prevalecido para homens, o que mostra que o sistema que predomina hoje é o patriarcal, o qual homens exercem o domínio sobre as mulheres, e em muitas vezes as tem como sua propriedade.

“A violência compõe a vida de muitas mulheres desde a infância, ocorrendo primeiramente por parte dos familiares, especialmente do sexo masculino, e posteriormente por seus companheiros”. (CREPOP, 2013, p.32). A violência à mulher não faz distinção de credo, idade, classe social, cor ou raça, ou seja, qualquer mulher pode passar por uma situação de violência.

Em diversas partes do mundo, as mulheres continuam sendo discriminadas e marginalizadas pelo fato de serem mulheres. Um agravante, no Brasil, é o preconceito enraizado contra mulheres que sofreram violência, que muitas vezes se transformam de vítimas em réis. Essas situações se confirmam quando as mulheres são culpabilizadas, por homens e por outras mulheres, pelo próprio sofrimento advindo da violência, numa clara alusão entre a identificação de nexos causais entre a tentativa emancipatória e o sofrimento imposto pelo castigo nas relações de submissão. (CREPOP, 2013, p.34).

“O questionamento dos lugares sociais assumidos pelo masculino e feminino, que eram muito bem estabelecidos nas relações, abriu possibilidades para conflitos, muitas vezes encarado de forma violenta”. (CREPOP, 2013, p.33). O papel social exercido por homens e mulheres é estabelecido desde a infância quando meninas e

meninos recebem educações diferentes de acordo com seu sexo biológico, como por exemplo, quando se separa cores, brinquedos e brincadeiras de meninas e meninos, quando ensinam que meninos são fortes e não choram, e meninas são frágeis e delicadas, meninos não levam desaforo para casa e precisam iniciar sua vida sexual cedo, enquanto meninas precisam se “guardar” para o casamento. Dessa maneira, ensinam para meninas e meninos qual é o seu lugar na sociedade.

Desde criança o menino e a menina entram em determinadas relações, que independem de suas vontades, e que formam suas consciências: por exemplo, o sentimento de superioridade do garoto pelo simples fato de ser macho e em contraposição o de inferioridade da menina. (DRUMMONTT.1980, p.81).

... As estruturas simbólicas são construídas por sujeitos históricos que moldam o modo de ser dos indivíduos, havendo uma relação entre a formação da individualidade, da subjetividade e da experiência histórica e cultural dos indivíduos. Essa experiência envolve sentimentos, afetos, valores, atitudes e comportamentos que circulam pelo imaginário e pelas representações sociais. (QUEIROZ.2004, p.161).

Diante de tais representações sociais, muitos enxergam a diferenciação de papéis e consequentemente a inferioridade e a violência à mulher como algo natural. Dificultando com isso, que mulheres e homens identifiquem a violência e se percebam em situação de violência ou como promovedor da violência. “As Representações Sociais são em essência produtos da posição que os sujeitos sociais ocupam na estrutura social e têm a função de emprestar significado à realidade.” (QUEIROZ, 2004, p.162)

1.3.2 – Cultura do machismo

O machismo é uma construção histórica e social que delimita o lugar do homem e o lugar da mulher, indo contra a nossa constituição que em seu art. 5º do capítulo II, que trata dos direitos e garantias fundamentais, garante que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações (BRASIL, 1988). A violência à mulher é algo que ainda é bastante naturalizado por muitos, refletindo uma cultura machista de desigualdade de direitos entre homens e mulheres, na qual, homens e mulheres possuem papéis diferentes na sociedade. E nessa distinção de papéis o homem ocupa o lugar de

dominação, enquanto a mulher ocupa uma posição de inferioridade em relação ao homem (CUNHA, 2014).

Por muito tempo essa cultura machista vem sendo reforçada em nossa sociedade através dos meios de comunicação, como revistas, novelas, músicas, propagandas e entre tantos outros veículos de comunicação. A mídia vem ajudando a moldar comportamentos e a ditar regras, e em muitas vezes condicionando o papel das mulheres na sociedade em agradar e servir ao homem, ser mãe e dona de casa. “A mídia se coloca também como um indutor de violência, quando a utilização da imagem do homem e da mulher na publicidade tende a reafirmar os papéis sociais tradicionalmente destinados a cada um.” (CREPOP, 2013, Pg.62)

No Rio de Janeiro, em 1914, foi lançada uma revista ilustrada de edição semanal, intitulada “Jornal das moças”, que tinha por slogan “a revista de maior penetração no lar”. A revista feminina circulou no Brasil entre os anos de 1914 e 1965. A revista era distribuída nas capitais de todo o país e nas principais cidades do interior. (WIKIPÉDIA, 2019).

Em sua primeira edição, em 21 de maio de 1914, a revista diz ter a “tarefa de cultivar, ilustrando, e ao mesmo tempo deleitando o espírito encantador da mulher brasileira”. (Jornal das moças, 1914). Em uma de suas colunas, intitulada “o que a mulher deve ser”, a revista destaca que a mulher deve ser “honrada por dever e não por cálculo”, que deva “usar de maior limpeza e asseio possíveis, pois aos homens agrada tanto a mulher asseada como desagrada a que se descuida com a sua higiene”, “e que “é de bem que procure agradar ao homem, pois para isso nasceu.” Passados 36 anos de sua primeira edição, na edição de 26 de janeiro de 1950, a revista traz em sua coluna “O evangelho das mães” a seguinte afirmação: “A grande, a elevada, a importante função da mulher na sociedade humana não é ser doutora, telegrafista, jornalista etc.: é ser mãe e esposa.” – Ramalho Ortigão (JORNAL DAS MOÇAS, 1950, P.81).

Na edição de nº 1894, de 04 de outubro de 1951, o Jornal das moças, traz uma coluna intitulada como os “30 segredos do casamento”. A coluna se refere ao casamento como sendo o assunto predileto de conversação entre as mulheres, mas, que apesar disso, as mulheres entenderiam mais de maquiagem do que de matrimônio. Sendo assim, a coluna traz perguntas as quais suas respostas, que foram

dadas por educadores, médicos e psicólogos, seriam o segredo para casamentos felizes.

Dentre as 30 perguntas e respostas, 3 serão destacadas a seguir: “As mulheres que não trabalham são mais felizes do que aquelas que trabalham? Sim, uma mulher casada que pode viver exclusivamente para o lar geralmente é mais feliz do que aquelas que, além do trabalho caseiro, tem que sair para trabalhar fora.” - “Os maridos eruditos são os preferidos pelas mulheres? Sim, as mulheres apreciam mais os homens eruditos do que os de inteligência comum, porque se sentem intelectualmente inferiores e isso lhes agrada.” – “Quando o marido dirige todas as coisas, o casamento tem mais chance de durar? Sim, pois segundo o ditado, o homem é que deve ser o cabeça da casa.”

“O Jornal das Moças veio para resgatar e difundir os antigos valores atribuídos à mulher –família e o lar, que estariam se perdendo diante das novas tendências sociais, culturais e econômicos”. ALVES et al. (2016, p.110). A revista era direcionada para o público feminino e tinha como função reforçar o papel que a mulher deveria exercer socialmente além de reforçar o lugar de inferioridade e submissão da mulher.

A comunicação é o processo da troca de experiências para que se torne patrimônio comum. Ela modifica a disposição mental das partes envolvidas e inclui todos os procedimentos por meio dos quais uma mente pode afetar outra. Isso envolve não somente as linguagens oral e escrita, como também a música, as artes plásticas e cênicas, ou seja, todo comportamento humano. (ALEXANDRE, 2001).

A ideia machista de que a mulher é naturalmente inferior faz com que ela seja vista de modo preconceituoso na sociedade, e que tudo que seja relacionado ao “feminino” seja entendido de maneira inferior. E se existe um lugar determinado o qual a mulher deve ocupar e se existe um papel o qual ela deve exercer, a mulher que não cumpre o “seu papel” e que ousa ocupar um lugar que não é o seu, ela então, em muitos casos é vista de maneira preconceituosa e até mesmo como merecedora de violência e não merecedora de respeito; a ela é atribuída uma responsabilização e culpabilidade pela situação de violência a qual estaria inserida. É comum, por exemplo, ouvirmos após um relato de violência frases do tipo: “mas, o que ela estava

fazendo esta hora na rua?", "Mas, também, com esta roupa ela estava pedindo.", "a mulher precisa se dar o valor, se dar o respeito.", "Essa gosta de apanhar".

Às mulheres sempre foi reservado um lugar de menor destaque, seus direitos e seus deveres estavam sempre voltados para a criação dos filhos e dos cuidados do lar, portanto para a vida privada. E, durante o século das luzes, quem julgasse se apossar da igualdade estabelecida pela Revolução Francesa para galgar espaços na vida pública teria como destino morte certa na guilhotina. Muitas mulheres que tentaram reivindicar seus direitos de cidadania tiveram esse destino. (SILVA, 2010.)

A própria expressão "mulher vítima de violência", dá a ideia de uma mulher submissa e um homem dominador, determinando mais uma vez o lugar da mulher e o lugar do homem, colocando a mulher em uma posição de passividade diante da violência. Quando falamos em mulher em situação de violência, entendemos que essa mulher pode ser protagonista da sua história e sair da situação de violência na qual se encontra. Ou seja, assumindo uma posição ativa diante da situação de violência. Dessa maneira, tiramos tanto a mulher, quanto o homem, dos papéis estabelecidos socialmente, de inferioridade da mulher e superioridade do homem.

Entender o significado que a violência assume é extremamente importante e desvela o contexto sociocultural na qual ela ocorre. Para muitas mulheres, existe a idealização de um casamento sonhado. "Além disso, é preciso considerar que muitas mulheres que decidem romper um relacionamento violento também estão desfazendo de sonhos e expectativas em relação ao casamento e à família;" (CREPOP, 2013, p.64).

Nesse sentido, muito se tem enfatizado a respeito da ideia de que relacionamentos conjugais são uma forma de parceria. E, muitas vezes, a violência tem sido utilizada como uma ferramenta de comunicação, que muitas vezes é a única possibilidade de comunicação conhecida pelos pares, até pela cultura na qual estamos inseridos, que pouco estimula o diálogo e a expressão adequada de sentimentos, principalmente por parte dos homens. (CREPOP, 2013, p.63).

Quando a mulher é colocada nesse lugar de inferioridade, por vezes lhe é atribuído também uma fragilidade dita natural ao sexo feminino. E sendo essa mulher frágil, ela necessita então de ser protegida, ou até mesmo salva. E seria, então o

homem, este mesmo agente de violência, que irá também salvá-la. Não é difícil escutar ainda nos dias de hoje a frase “ruim com ele, pior sem ele”. O que reforça a ideia de inferioridade da mulher e da necessidade dessa mulher em ter um homem para conseguir sobreviver. Os antigos contos de fadas também ilustravam essa ideia de uma mulher que precisava ser salva. Princesas eram salvas por seus príncipes, se casavam e eram felizes para sempre.

Paternalismo, com mais precisão dominação paternalista, descreve a relação de um grupo dominante, considerado superior, com um grupo subordinado, considerado inferior, na qual a dominância é mitigada por obrigações mútuas e direitos recíprocos. O grupo dominado troca submissão por proteção, trabalho não remunerado por sustento. Em suas origens históricas, o conceito vem das relações familiares conforme se desenvolveram sob o patriarcado, nas quais o pai tinha total poder sobre todos os membros da família. Em troca, tinha a obrigação de prover sustento econômico e proteção. (LERNER, 2019, P.295)

Nas relações familiares muito se vê dessa relação de submissão e proteção, mulheres sendo submissas aos homens em troca de proteção e sustento. Em um primeiro momento as meninas são subordinadas ao pai, e depois são subordinadas a dominância do marido, passando agora a serem protegidas por eles. O homem tem todo o poder sobre a família. “A subordinação das filhas meninas e das esposas dura a vida inteira. As filhas só podem escapar tornando-se esposas sob a dominância/proteção de outro homem.” (LERNER, 2019, p.296).

1.4 – Educação básica, seus professores e as relações de gênero.

A Educação Básica, que corresponde a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, no Brasil é gratuita e obrigatória abrangendo crianças e adolescentes dos 4 aos 17 anos. E a lei que estabelece as diretrizes e bases dessa educação, a LDB, em seu Artº.1. ressalta que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” A Educação Básica auxilia o aluno no desenvolvimento de suas habilidades, no desenvolvimento de sua autonomia, na formação de um pensamento crítico, e além de ser muito importante no auxílio da formação do cidadão.

A educação também é considerada o melhor meio de combate e prevenção da violência.

Geralmente é a escola o primeiro espaço de socialização fora da família, os alunos têm contato com outras pessoas para além do seu círculo familiar e para além do que estão acostumados a lidar. Na escola os alunos compartilham espaços, se relacionam com as diferenças e aprendem sobre direitos e deveres, sobre respeito, e aprendem a viver socialmente. Dessa maneira a educação pode ser uma forte aliada a prevenção e combate à violência contra a mulher.

Com a criação da Lei 14.164/21, que incluiu conteúdo sobre prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica e institui a Semana Escolar de Combate à violência Contra a Mulher. E que tem como alguns de seus objetivos, impulsionar a reflexão crítica entre estudantes, profissionais da educação e comunidade escolar sobre a prevenção e o combate contra à violência contra a mulher; e promover a igualdade entre homens e mulheres, de modo a prevenir e a coibir a violência contra a mulher, a escola pode então, trabalhar na base, transformando a cultura machista a qual estamos inseridos. E o professor da Educação Básica pode ser um dos principais atores em todo esse processo de prevenção e combate à violência contra a mulher.

Quando a educação no Brasil passa a ser gratuita e pública pelos termos da lei, as meninas passam a ter o direito a ter acesso à educação e a escola. Mas, para isso, era preciso que existissem professoras mulheres, pois os professores precisavam ser do mesmo sexo que o aluno. Dessa maneira, começam a surgir as escolas normais. (RABELO E MARTINS, 2010.)

Com a criação das escolas normais, que seriam instituições com o objetivo de formar professores para a prática docente, surge para a mulher uma possibilidade de dar continuidade aos estudos, já que para essa não era permitido cursar o nível superior, e uma oportunidade para se tornar participante do mercado de trabalho. “Dessa forma, as mulheres penetraram nesse novo espaço público por intermédio da ampliação da escolarização feminina, aumento de vagas femininas nas escolas normais, e do ingresso no mercado de trabalho, ocupação de cargos no magistério.” (HYPOLITO, 1997, p.59).

Outros fatores que também colaboraram para o ingresso das professoras no mercado de trabalho foi a possibilidade de conseguir conciliar o horário de trabalho com as tarefas de casa. “Pelo fato de ser um trabalho possível de realizar em turno único, as professoras poderiam além de lecionar, continuar executando tarefas do lar, “próprias” do gênero feminino, cumprindo o papel de mãe, esposa e dona de casa.” (HYPOLITO, 1997, p.60).

Além disso, o que também influenciou o ingresso da mulher no magistério foi a associação do trabalho docente com a função de mãe e cuidadora. As mesmas características consideradas “femininas” seriam as características necessárias ao magistério. “As relações estabelecidas entre a adequação do papel da mulher e o trabalho de ensinar crianças incluem, além do papel de mãe, as ditas “habilidades” femininas: dona de casa e esposa.” (HYPOLITO, 1997, p.57).

A mulher viu no trabalho docente a possibilidade de sair de casa e poder participar também do mercado de trabalho, e a possibilidade de salários iguais. No entanto, aos poucos os homens foram deixando o trabalho docente, e os baixos salários foram um dos motivos os quais fizeram com que o homem deixasse a profissão. Com isso foram abrindo mais espaço para que as mulheres entrassem na docência.

Os homens que permaneceram na profissão acabaram por serem vistos como inferiores e sendo associados a alguém que não fosse capaz de conseguir uma profissão “melhor”. “Essa saída dos homens do magistério relacionava-se com a busca de melhores empregos; os homens teriam atribuições que as mulheres não possuíam, por serem chefes de família, responsáveis por manter as obrigações do lar.” (HYPOLITO, 1997, p.63). Dessa maneira o magistério acaba por se tornar uma profissão considerada feminina.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) O corpo docente da Educação Básica é composto por uma grande maioria de mulheres, correspondendo 96,4% da docência na educação infantil, a 88,1% nos anos iniciais e a 66,8% anos finais do fundamental, respectivamente. E 57,8% no ensino médio. As porcentagens deixam nítido que quanto menor for a faixa etária da criança, mais forte é a presença de mulheres como professoras, e menor é

a presença dos homens como professor, reforçando a ideia da função da professora como cuidadora, como aquela que tem as “habilidades” necessárias para exercer a tal função, as tais “habilidades femininas”.

Essas relações entre trabalho docente e o papel de mãe, e o papel de quem cuida, é muito comum nas escolas brasileiras nas quais os alunos chamam suas professoras de tias. Isso fala sobre a desvalorização do trabalho docente na Educação Básica, a professora é a tia quem cuida, significando que não haveria uma necessidade de formação para exercer esse trabalho, podendo uma “tia” exercê-lo

O que os professores da Educação Básica pensam sobre a mulher em situação de violência pode vir fazer a diferença na prevenção e no combate à violência contra a mulher. As representações sociais desses professores podem contribuir para prevenção e o combate à violência, ou pode contribuir para perpetuar ainda mais violência, já que as representações sociais têm por uma de suas funções guiar os comportamentos e as práticas.

Capítulo 2 – Representações Sociais

2.1 - A Teoria das Representações Sociais

Quando estamos diante de algo novo, algo que não nos é familiar, isso acaba por nos gerar um desconforto, e esse desconforto nos leva a buscar mecanismos de tornar aquilo que não é familiar em familiar. Esse movimento não é puramente individual. Buscamos entender e nos familiarizar com o novo através de um pensamento que seja socialmente compartilhado.

Essas formas do pensamento social que construímos para entender e tornar familiar aquilo que não nos é familiar chamamos de representações sociais (RS). “As RS são modalidades de conhecimento que circulam em nosso cotidiano. Por meio de interação com os outros, temos a necessidade de nomear e tornar concreto o que ainda não se tornou familiar.” (BERTONI; GALINKIN, 2017, p.102). As representações sociais são formadas nas nossas interações e dinâmicas sociais, e tem por função explicar e dar um sentido a realidade, orientar, e justificar nossas ações diante dessa realidade, além de ter uma função identitária do grupo o qual compartilha o mesmo pensamento. São, portanto, uma “forma de conhecimento elaborada e partilhada, tendo um objetivo prático e concorrendo à construção de uma realidade comum a um conjunto social”. (Jodelet, 2001).

Na sociedade contemporânea a mídia tem sido um forte instrumento de comunicação trazendo temas que vão circular na sociedade. E através da construção de um discurso ela vai atribuindo sentido a determinados objetos e papéis sociais aos sujeitos, exercendo influência na formação de ideias. A construção das crenças e valores vão passar também pela informação e interação com o outro, e não somente pela experiência própria. (Gouveia, 2013)

Émile Durkheim, sociólogo francês, através do conceito de fato social, acreditava que o indivíduo era um sujeito passivo diante das influências sociais. Para Durkheim os conceitos da sociedade determinam o comportamento do indivíduo, e sendo os valores morais e as regras produzidas em conjunto pela sociedade, o

indivíduo isolado não teria parte nisso. Os conceitos da sociedade seriam anteriores ao indivíduo.

Moscovici, elabora os conceitos seminais das representações sociais e entende que elas são construídas nas relações e nas interações sociais no qual o individual e o coletivo andam juntos.

Moscovici, psicólogo social romeno radicado na França, percebeu que conhecimentos científicos, os do universo reificado, estavam sendo utilizados na vida cotidiana das pessoas, esses conhecimentos estavam ultrapassando os muros acadêmicos e chegando no cotidiano da sociedade, a ciência estava sendo absorvida pelo senso comum, e um outro tipo de conhecimento estava sendo formado. Grande parte do conhecimento que orienta a sociedade vem do seu grupo de pertença. “Não é, como se crê, uma vulgarização das partes de uma disciplina, mas sim a formação de um outro tipo de conhecimento, adaptado a outras necessidades e obedecendo a outros critérios, num determinado contexto” (MOUSSOTCHÉ, 1994).

A tentativa de transformar o não familiar em familiar acontece por meio do processo de ancoragem e objetivação. Quando estamos diante de um fenômeno novo que causa estranhamento tentamos entendê-lo a partir do que já temos de igual ou parecido, fazemos associações com algo que já conhecemos, e assim, produzimos um saber de ordem social com uma finalidade prática. Ancoramos um conhecimento novo em um conhecimento antigo. Esse processo denomina-se ancoragem. “... o objetivo da ancoragem e da objetivação é transformar o “não-familiar” em “familiar”, ou seja, trazer as representações do senso comum e torná-las compreensíveis pela ciência, sem alterar o universo no qual se originam”. (BERTONI; GALINKIN, 2017, P.104).

Ancoragem – Esse é um processo que transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada. [...] Ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa. (MOSCOVICI, 2005, P.61 APUD BERTONI; GALINKIN, 2017, P.103).

Na objetivação tentamos entender e explicar o fenômeno de uma maneira condensada em uma imagem. É dar uma figura ao sentido da representação. “à estrutura de cada representação (...) tem duas faces tão pouco dissociáveis quanto a

frente e o verso de uma folha de papel: a face figurativa e a face simbólica”, fazendo, portanto, compreender “em toda figura um sentido e em todo sentido uma figura”. (MOSCOVICI, Apud SÁ, 2002, P. 46). “A duplicação de um sentido por uma figura, pela qual se dá materialidade a um objeto abstrato, é cumprida pelo processo de objetivação”. (SÁ, 2002, P.46). O processo de ancoragem e objetivação acontecem ao mesmo tempo, ou seja, simultaneamente.

Por representações sociais, entendemos um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicação interpessoais. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum. (Moscovici, 1981, apud Sá, 2002, P.3).

Segundo Sá (2002) a estrutura das representações sociais estabelecida por Moscovici, apresenta três dimensões, sendo essas: Informação, campo de representação e atitude. A informação “se refere à organização dos conhecimentos que um grupo possui a respeito de um objeto social”. (Moscovici, 1976 apud Sá, 2002, p.31).

A maneira como o objeto é informado vai influenciar na representação que será criada do objeto social. “Diariamente somos bombardeados e envolvidos por informações, através de imagens e sons que, de uma forma ou de outra, tentam criar, mudar ou cristalizar atitudes ou opiniões nos indivíduos”. (ALEXANDRE, 2001). O campo de representação “remete à ideia de imagem, de modelo social, ao conteúdo concreto e limitado das proposições acerca de um aspecto preciso do objeto da representação”. (Moscovici, 1976 apud Sá, 2002, p.31). Campo de representação é a capacidade de gerar imagem através do conhecimento que me foi informado. E a atitude é a posição que tomo diante do objeto que está sendo informado, é o modo como me posiciono diante de tal objeto. Posso me posicionar de forma positiva, negativa ou neutra. Mas, alguns objetos não permitem um posicionamento neutro. Atitude é o que “termina por focalizar a orientação global em relação ao objeto da representação social”. (Moscovici, 1976 apud Sá, 2002, p.31). Moscovici ressalta ainda, que a atitude é a mais frequente das três dimensões, talvez, geneticamente a primeira. Por conseguinte, é razoável concluir que as pessoas se informam e

representam alguma coisa somente depois de terem tomado uma posição e em função da posição tomada.

No momento em que interagimos uns (umas) com os (as) outros (as) e transformamos as nossas realidades objetivas e subjetivas, estamos nos direcionando pelo chamado conhecimento do senso comum e assim podemos afirmar que elaboramos verdadeiras “teorias” explicativas sobre o real. Por isso, concordamos com a ideia de que as representações sociais emergem da realidade social, sendo construídas em nossas interações e comunicações para que possamos tomar parte do mundo. (QUEIROZ, 2004, p.107).

Moscovici nos apresenta três tipos de representações sociais: as hegemônicas, as emancipadas e as polêmicas. As hegemônicas possuem um caráter mais estrutural e fazem parte da história e tradição de uma população. As representações hegemônicas estão muito próximas das representações coletivas de Durkheim, essas representações estão mais entranhadas em uma cultura, e sendo mais próprias de populações tradicionais. As representações emancipadas podem surgir com mais facilidade devido à grande circulação de informação que são compartilhadas nos subgrupos no qual “cada subgrupo cria sua própria versão e a partilha com os outros. Essas são representações emancipadas com um certo grau de autonomia em relação aos segmentos interagentes da sociedade” (Sá, 2002). As representações polêmicas, são representações antagônicas dentro de um mesmo grupo. “Há representações geradas no curso de conflitos sociais, e a sociedade como um todo não as compartilha. Elas são determinadas por relações antagonistas entre seus membros e orientadas para serem mutuamente exclusivas”. (Moscovici, apud Sá 2002, p.40)

Moscovici, adverte que nem todo objeto é objeto de representações sociais, e que nem todas representações sociais irão circular em todos os meios sociais. Mas, quais seriam então as condições para se produzir representações sociais de um dado objeto em um determinado grupo? Geralmente os objetos de representações sociais são fenômenos novos, e que criam um estranhamento, nos fazendo ter uma necessidade de saber e compreender. Quando o fenômeno está totalmente integrado ao grupo, ele não trará nenhum estranhamento, e não será objeto de discussão e de representações sociais.

Vala (1993) nos traz as considerações de Moscovici sobre as condições para um objeto ser considerado um objeto de representação social. As condições estabelecidas por Moscovici são: dispersão da informação, focalização, e pressão à inferência.

Dispersão da informação

Na dispersão da informação existe um grande número de informações propagadas e espalhadas, as quais, os indivíduos em seu meio social, estão expostos. É preciso que esses indivíduos assimilem e processem essas informações de maneira seletiva. Porém pela complexidade do objeto da representação, existe uma dificuldade de absorver as informações que sejam realmente de utilidade ao conhecimento desse objeto. (BÔAS, 2010).

Focalização

Refere-se a posição, e ao interesse de um grupo social por alguns aspectos do objeto da representação, em prejuízo de outros aspectos. (BÔAS, 2010).

Pressão à inferência

Quando a opinião aderida pelos indivíduos é a opinião dominante do grupo. (BÔAS, 2010).

Sendo assim, Moscovici, ressalta que a única e exclusiva função das representações sociais seriam a elaboração de comportamento e a comunicação entre indivíduos, e o mais importante é que ela produz e determina comportamentos. (SÁ, 2002). Sendo então, as representações sociais uma “modalidade de conhecimento particular que tem por função [exclusiva] a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos” (Sá, 2002, p.43).

Abric, designa as funções essenciais das representações sociais. Sendo elas funções de saber, funções identitárias, funções de orientação e funções justificatórias.

As funções de saber possibilitam compreender e explicar a realidade e facilitam a comunicação social através de um quadro de referência comum permitindo a transmissão e difusão do saber do senso comum. “Elas permitem compreender e explicar a realidade. Saber prático do senso comum, elas permitem aos atores sociais

adquirir conhecimento e integrá-los a um quadro assimilável e compreensível para eles...". (Abric, 1994 apud Sá, 2002, p. 44).

As funções identitárias definem a identidade do grupo e protegem as suas particularidades, e permitem também uma elaboração de uma identidade social e pessoal exercendo um papel de fundamental importância no controle social da coletividade sobre os seus membros. "As representações têm também por função situar os indivíduos e os grupos no campo social (permitindo) a elaboração de uma identidade social e pessoal gratificante, ou seja, compatível com os sistemas de normas e de valores social e historicamente determinados.". (Abric, 1994 apud Sá, 2002, p. 44).

As funções de orientação vão guiar os comportamentos e as práticas, vão definir o que é certo ou errado, aceitável ou inaceitável em determinado contexto social. Elas vão funcionar como um guia para ação. "A representação produz igualmente um sistema de antecipações e expectativas, constituindo, portanto, uma ação sobre a realidade: seleção e filtragem de informações, interpretações visando tornar essa realidade conforme à representação." (Abric, 1994 apud Sá, 2002, p. 44).

As funções justificatórias vão permitir justificar os comportamentos de um grupo em relação a outro, além de justificar a posteriori as tomadas de posição e comportamentos. "A montante da ação as representações desempenham um papel. Mas elas intervêm também a jusante da ação, permitindo assim aos atores explicar e justificar suas condutas em uma situação ou em relação aos seus participantes." (Abric, 1994 apud Sá, 2002, p. 44).

2.2 – A Abordagem Estrutural

A teoria desenvolvida por Moscovici é considerada a grande teoria das representações sociais, e a partir dela surgem algumas abordagens complementares, que vem para contribuir ainda mais com os estudos na área. E uma dessas teorias complementares é a chamada teoria do núcleo central. A teoria do núcleo central é considerada uma abordagem estrutural e foi desenvolvida por Jean-Claude Abric para entender a estrutura de uma representação social e a sua organização interna. A teoria do núcleo central foi proposta pela primeira vez em 1976 através da tese de doutorado

de Abric como uma teoria de caráter experimental. “Abric postula que toda representação está organizada em torno de um núcleo central que é seu elemento fundamental e é ele quem determina sua significação e sua organização” (BERTONI & GALINKIN, 2017, p.111). Para entender qual a representação social de um objeto, é preciso entender a estrutura que ele possui. Se os núcleos centrais sobre um determinado objeto social são diferentes, as representações sociais são diferentes. Se um elemento central for mudado ou retirado, isso mudará a representação e lhe dará um significado diferente.

A organização de uma representação apresenta uma característica particular: não apenas os elementos da representação são hierarquizados, mas além disso toda representação é organizada em torno do núcleo central, constituído de um ou de alguns elementos que dão a representação o seu significado”. (Abric, 1994 apud Sá, 2002 p.62)

O núcleo central possui duas funções essenciais, uma função geradora e uma função organizadora. A função geradora “é o elemento pelo qual se cria, ou se transforma, a significação dos elementos constitutivos da representação. É por ele que esses elementos tomam um sentido, um valor.” E a função organizadora “é o núcleo central que determina a natureza dos laços que unem entre si os elementos da representação. Ele é nesse sentido o elemento unificador e estabilizador da representação.” (Abric, 1994 apud Sá, 2002, p.70).

Sá (2002) nos traz que as representações sociais teriam duas características contraditórias, mas que na verdade essas características fazem parte da estrutura e funcionamento das representações sociais. Essas características seriam: “as representações sociais são ao mesmo tempo estáveis e móveis, rígidas e flexíveis”. E, “as representações sociais são consensuais, mas também marcadas por fortes diferenças interindividuais”.

Essas características contraditórias são na verdade um duplo sistema interno que fazem parte da estrutura das representações sociais. “... a representação social, conquanto uma entidade unitária, é regida por um sistema interno duplo, em que cada parte tem um papel específico, mas complementar ao da outra”. (SÁ, 2002, p.72). Esse duplo sistema é formado por um sistema central, que é estável, e um sistema

periférico mais móvel. O sistema periférico se organiza em torno do núcleo central. “Haveria, assim, em primeiro lugar, um sistema central, constituído pelo núcleo central da representação”, “...Em segundo lugar, como complemento indispensável do sistema central, haveria um sistema periférico”. (SÁ, 2002, p.72).

O sistema central, constituído pelo núcleo central, é mais resistente a mudanças, estável, marcado pela memória coletiva do grupo, coerente e rígido. O que o determina é a natureza do objeto representado e a relação do grupo com ele. Somente identificando os elementos do núcleo central que podemos definir uma representação social. E a ele é atribuído as seguintes características:

Ele é diretamente ligado e determinado pelas condições históricas, sociológicas e ideológicas. Ele é nesse sentido fortemente marcado pela memória coletiva do grupo e pelo sistema de normas a qual ele se refere.

Ele constitui, portanto, a base comum, coletivamente partilhadas das representações sociais. Sua função é consensual. É por ele que se realiza e se define a homogeneidade de um grupo social.

Ele é estável, coerente, resistente a mudança, assegurando assim uma segunda função, a da continuidade e da permanência da representação.

Enfim, ele é de uma certa maneira independente do contexto social e material imediato no qual a representação é posta em evidência. (SÁ, 2002, p.73)

Ao núcleo central se pode atribuir duas dimensões: a dimensão funcional e a dimensão normativa. Na dimensão funcional vão ser os elementos mais importantes para realizar uma tarefa que vão constituir o núcleo central. “Por exemplo em situações com uma finalidade operatória: Serão então privilegiados na representação e constituindo o seu núcleo central os elementos mais importantes para a realização da tarefa.” (Abric, 1994, apud Sá, 2002, p.71).

E na dimensão normativa nas situações de dimensões socioafetivas, sociais ou ideológicas, o que estarão no centro da representação será os estereótipos ou as normas. (Sá, 2002). “Nesse tipo de situações, pode-se pensar que uma norma, um estereótipo, uma atitude fortemente marcada estarão no centro da representação.” (ABRIC, 1994, P.23 apud SÁ, 2002, p.71).

Já o sistema periférico é constituído pelos elementos periféricos da representação. Os elementos mais próximos ao núcleo, são os elementos centrais, e

os elementos mais distantes são os elementos periféricos. As características do sistema periférico são permitir a integração das experiências e histórias individuais, suportar a heterogeneidade do grupo, é ser flexível e suportar as contradições, e é evolutivo e sensível ao contexto imediato. E tem por funções permitir a adaptação à realidade concreta, permitir a diferenciação do conteúdo, além de proteger o sistema central.

O sistema periférico possuí três funções, a saber: a função de concretização, a de regulação e a função de defesa. A função de concretização é a função que irá ancorar a representação social na realidade, resultando desse processo os elementos periféricos que serão dependentes do contexto. Já na função de regulação os elementos periféricos serão responsáveis por adaptar a representação social aos novos contextos. Novas informações e elementos conflitantes ao núcleo central poderão ser integrados através da periferia das representações sociais. E a função de defesa será responsável por defender o núcleo central das contradições que possam surgir. Pois, a mudança de um dos elementos do núcleo central resultaria em uma transformação da representação. (CHAVES & SILVA, 2013)

Se a maneira como o objeto é informado vai influenciar na representação social que será criada do objeto informado, e se as representações sociais criadas vão ter a função de produzir e determinar comportamentos, compreender e explicar a realidade, e permitir justificar as tomadas de posição e os comportamentos, conhecer a representação social sobre a mulher em situação de violência do professor da Educação Básica, que pode ser um importante agente no auxílio da desnaturalização da violência contra a mulher, se torna de total relevância.

Capítulo 3 – Objetivos

Objetivo geral:

- Identificar quais as representações sociais que professores da Educação Básica possuem sobre mulheres em situação de violência.

Objetivos específicos:

- Identificar quais representações sociais colaboram para a manutenção da violência a mulher.
- Identificar os possíveis conteúdos e estruturas representacionais da mulher em situação de violência para professores da Educação Básica.

Capítulo 4 – Método

Esta é uma pesquisa qualitativa, na qual, “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização das variáveis.” MINAYO et al. (2002).

Para embasar a pesquisa utilizamos a teoria das representações sociais, que estuda a forma que construímos para tornar familiar aquilo que não nos é familiar. E mais especificamente utilizamos a abordagem estrutural e a teoria do núcleo central, a qual, postula que para entender qual representação social de um objeto, é preciso entender a estrutura que ele possui.

4.1 - Amostra

A coleta foi realizada com professores da Educação Básica de escolas públicas e particulares da cidade do Rio de Janeiro. A Educação Básica corresponde a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, e quando

realizada dentro da idade regular abrange alunos até os 17 anos de idade, mas também, podendo ser direcionada a educação de jovens e adultos.

Na Educação Básica da cidade do Rio de Janeiro encontramos a seguinte divisão:

Educação Infantil
Pré-escolas, para crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.
Ensino Fundamental I
1º ano
2º ano
3º ano
4º ano
5º ano
Ensino Fundamental II
6º ano
7º ano
8º ano
9º ano
Ensino Médio
1º ano
2º ano
3º ano

Tabela 1 – Organização da Educação Básica por segmento.

Os sujeitos de pesquisa foram não somente professores que estão no momento atuando em sala de aula, mas também os que estão exercendo outras funções que estão diretamente relacionadas com a formação do conhecimento dos alunos, como por exemplo, os diretores, diretores adjuntos e coordenadores pedagógicos.

Foram entrevistados professores que atuam nas zonas oeste, norte, sul e centro da cidade do Rio de Janeiro. Não sendo pedido o nome da escola as quais atuam, mas somente o bairro as quais pertencem.

4.2 - Instrumentos

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram um questionário

Com levantamento de dados sociodemográficos, uma tarefa de evocação livre, perguntas abertas e uma pergunta fechada.

O questionário sociodemográfico foi utilizado para observar o perfil dos participantes através da obtenção de variáveis como idade, gênero, estado civil, escolaridade, se tem filhos, bairro onde atua, rede de ensino da atuação e função exercida, para uma amostragem de estatística numérica.

Na tarefa de evocação livre foi solicitado aos participantes que escrevessem de três a cinco palavras ou expressões que lhes viessem imediatamente a cabeça diante da expressão: “mulheres em situação de violência”; A tarefa de evocação livre nos permite identificar e analisar os conteúdos e a possível estrutura representacional da “mulher em situação de violência” para os professores da Educação Básica.

Na pergunta aberta foi pedido aos participantes que descrevessem algum fato que tenham vivenciado, presenciado, visto em novelas ou filmes, ou qualquer lembrança ou imaginação que correspondesse a expressão “Mulher em situação de violência”. As perguntas abertas visam abarcar o conteúdo de significados que abarcam a ideia da violência contra a mulher.

Na pergunta fechada foi pedido aos participantes que respondessem se conheciam alguma mulher que já tinha tido alguma história de violência doméstica.

4.3 - Aplicação do instrumento

A aplicação dos instrumentos foi feita através do *google forms*, que é um aplicativo de gerenciamento de pesquisas que pode ser compartilhado através da internet, permitindo que os participantes respondam de forma online. Além das instruções de preenchimento que informavam que o questionário era direcionado a professores(as) da Educação Básica da cidade do Rio de Janeiro, perguntas como qual a cidade da unidade escolar que você trabalha, e qual função você exerce na unidade escolar, eram marcadas como obrigatórias para que conseguíssemos selecionar somente as respostas dos sujeitos de interesse da pesquisa. Ou seja, professores(as) da educação Básica da cidade do Rio de Janeiro.

4.4 – Análise dos dados

Os dados coletados foram analisados com auxílio do software IRAMUTEQ, que nos permitiu realizar uma análise estrutural, a qual buscou descobrir os elementos constitutivos da representação, conhecer a sua organização, e descobrir o núcleo central dessa representação a partir dos critérios de frequência e ordem de evocação das palavras. Para as perguntas fechadas foi utilizado uma análise estatística.

4.5 - Ética em pesquisa

Aos entrevistados, através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), foram-lhes esclarecidos os objetivos da pesquisa, os instrumentos a serem utilizados para a coleta dos dados, e seu caráter voluntário. Foram também lhes garantido o sigilo e privacidade, além de nos colocarmos a disposição para oferecer apoio psicológico para orientar, minimizar e dissolver os possíveis incômodos que pudessem vir a ser provocados pela pesquisa.

5 – Resultados e discussão

5.1 – Análise dos dados sociodemográficos

Foram entrevistados 100 professores da Educação Básica das redes de ensino municipal, estadual e particular da cidade do Rio de Janeiro. A grande maioria dos entrevistados são da rede municipal de ensino, e 12% atuam em duas redes de ensino. Os professores atuam nas zonas oeste, norte, sul e centro da cidade.

A escola que você trabalha é de qual rede de ensino?

100 respostas

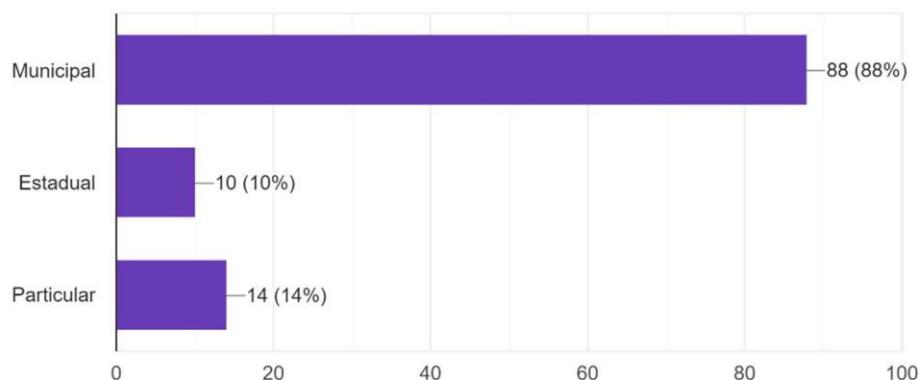


Gráfico 1 – Distribuição de professores por rede de ensino.

As idades variaram entre 23 e 68 anos. 5% dos professores têm faixa etária entre os 20 anos de idade, 28% entre os 30 anos, 28% entre os 40 anos, 29% entre os 50 anos, 9% entre os 60 anos e 1% não declarou idade.

Já com relação ao estado civil, 54% dos professores disseram ser casados, 23% solteiros, 14% divorciados, 5% separados, e 4% viúvos. 67% dos professores entrevistados disseram ter filhos, e 33% disseram não ter filhos.

Com relação ao gênero, 91% das (os) professoras (es) se identificaram com o gênero feminino, 9% se identificaram com o gênero masculino, e nenhum dos entrevistados se identificou com outro gênero. A grande maioria da porcentagem feminina das (os) entrevistadas (os) reflete o fenômeno da feminização do magistério,

o qual, fez do magistério uma profissão feminina, e que afirma que as características da profissão estariam associadas as características consideradas femininas como o cuidar de crianças, e a maternidade. “A associação da atividade de magistério a um “dom” ou uma “vocação” feminina baseia-se em explicações que relacionam o fato de a mulher gerar em seu ventre um bebê com a “consequente função materna” de cuidar de crianças.” (RABELO E MARTINS, 2010, P. 2).

Com qual gênero você se identifica?

100 respostas

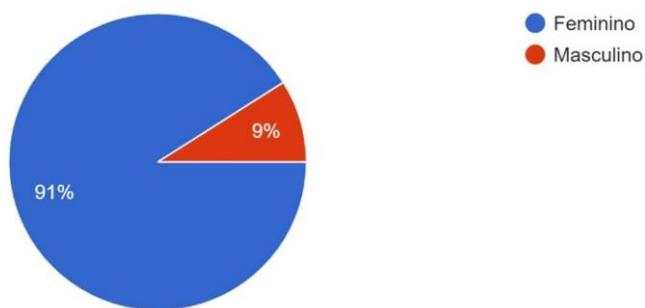


Gráfico 2 – porcentagem dos professores por autodeclaração de gênero.

No Brasil, o magistério foi porta de entrada das mulheres no mercado de trabalho, com a industrialização e a nova forma de trabalho assalariada, mais a expansão do direito ao estudo gratuito também a mulheres, e os baixos salários oferecidos aos professores, colaboraram com a saída dos homens do magistério e abriu espaço para a inserção das mulheres. Era politicamente interessante atrair as mulheres para esse mercado de trabalho. “Os homens não aceitariam um salário menor, então era necessário que a mulher assumisse esse posto, não pelo salário, mas por sua suposta “vocação” natural para essa profissão.” (RABELO E MARTINS, 2010, P.5).

Dessa forma, o magistério tornou-se a oportunidade das mulheres de, além de, dar continuidade aos estudos, mas também de se inserir no mercado de trabalho. O magistério foi uma das primeiras portas de entrada da mulher branca de classe média que portasse a feminilidade idealizada (VIANNA, 2013).

Foi pedido para que os participantes autodeclarassem a sua cor, e de acordo com suas autodeclarações tivemos o seguinte resultado: 24% se autodeclararam pretos, 25% pardos, 50% brancos, e 1% amarelo.

De qual cor você se autodeclara?

100 respostas

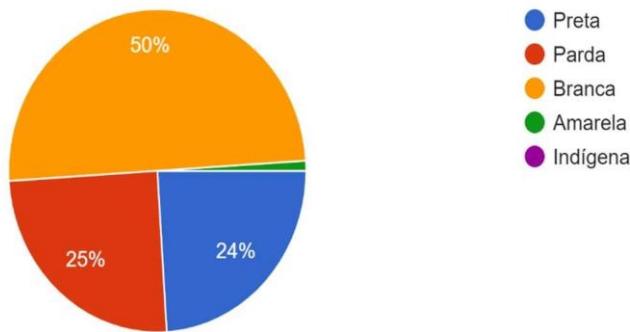


Gráfico 3 – Porcentagem dos professores por autodeclaração de cor.

Entre o gênero masculino a porcentagem em relação a cor ficou na mesma proporção, já entre o gênero feminino a proporção entre as professoras que se autodeclararam brancas foi bem maior do que as se autodeclararam pretas e pardas.

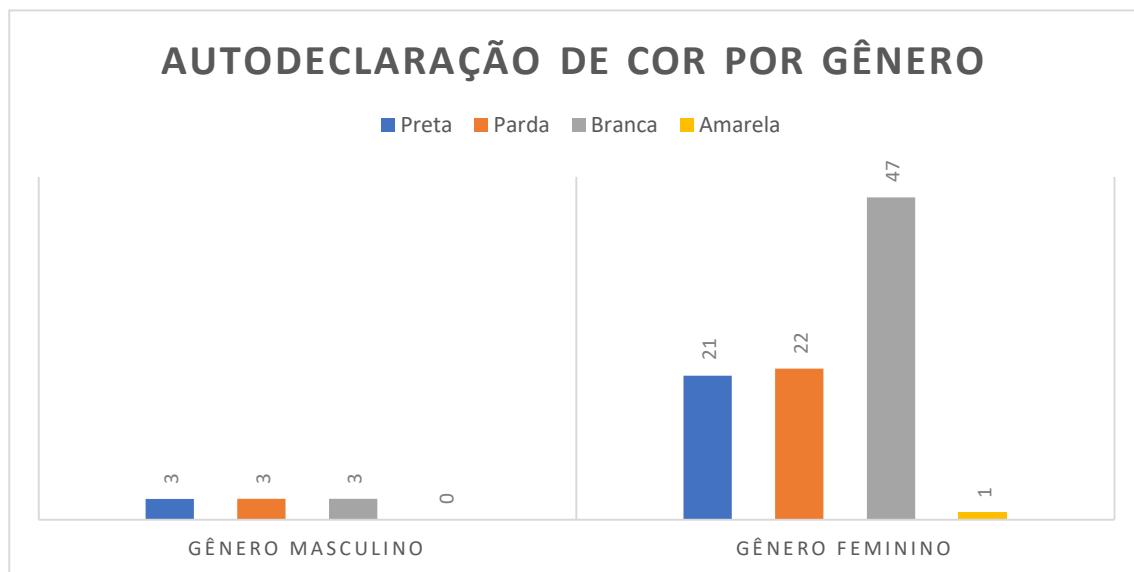


Gráfico 4 – Autodeclaração de cor por gênero.

É possível que essa diferença se dê pelo fato de pretos, pardos e indígenas somarem a maior porcentagem de exclusão escolar, não conseguindo dessa forma ter a escolaridade necessária para o trabalho docente. De acordo com os dados apresentados pela UNICEF (2021) no cenário de exclusão escolar no Brasil, em 2019 crianças e adolescentes pretos, pardos e indígenas somavam 71,3% das crianças e adolescentes que estavam fora da escola.

De acordo com a sinopse estatística da Educação Básica 2022 apresentada pelo Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2023) na cidade do Rio de Janeiro temos um total de 59.845 docentes da Educação Básica, sendo 208 deles possuindo apenas o nível fundamental, 13.342 possuem o nível médio, 46.295 possuem nível superior completo, 14.616 possuem especialização, 4.190 possuem mestrado, e 1.259 doutorado.

A escolaridade dos participantes variou do Ensino Médio ao Doutorado, ficando distribuída da seguinte maneira: 2% dos participantes têm Ensino Médio, 44% Ensino Superior completo, 45% têm especialização, 8% têm mestrado, e apenas 1% têm doutorado.

E verificando o nível de escolaridade por cor/raça, podemos observar que os professores que se autodeclararam brancos se destacam no Ensino superior, na especialização e no mestrado.

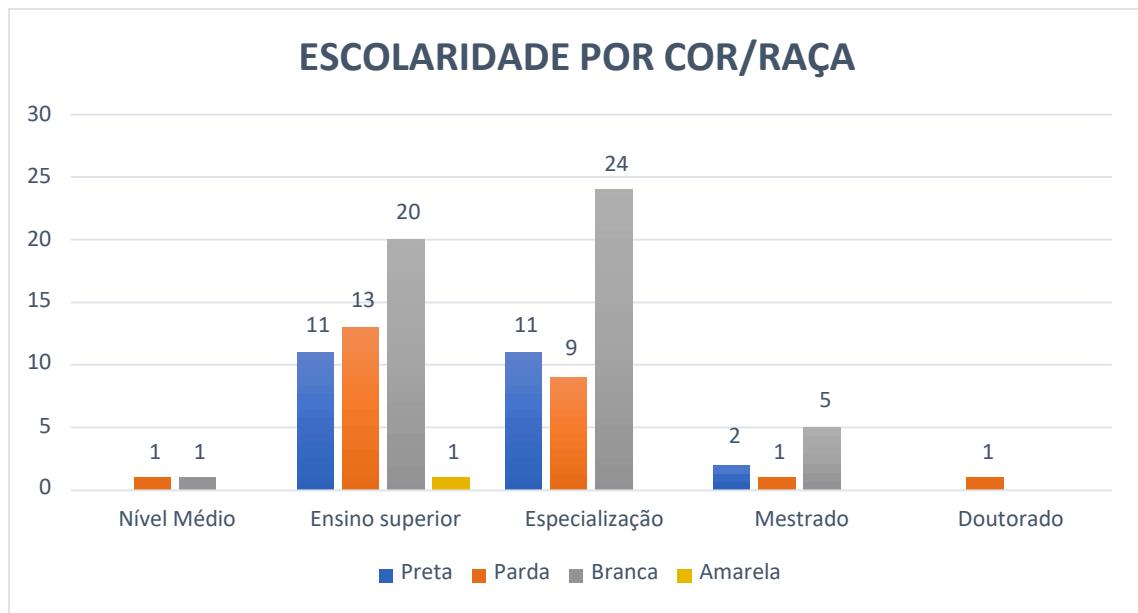


Gráfico 5 – Escolaridade separada por cor/raça.

E se formos observar a escolaridade por gênero teremos então a seguinte proporção: Entre as professoras temos 2% que possuem o Ensino Médio, 47% possuem o Ensino Superior, 44% possuem alguma especialização, e 7% possuem mestrado. Nenhuma delas possui doutorado. Já entre os homens, nenhum deles possui apenas o Ensino Médio, 11% deles possui o Ensino Superior completo, 56% têm especialização, 22% mestrado, e 11% doutorado.

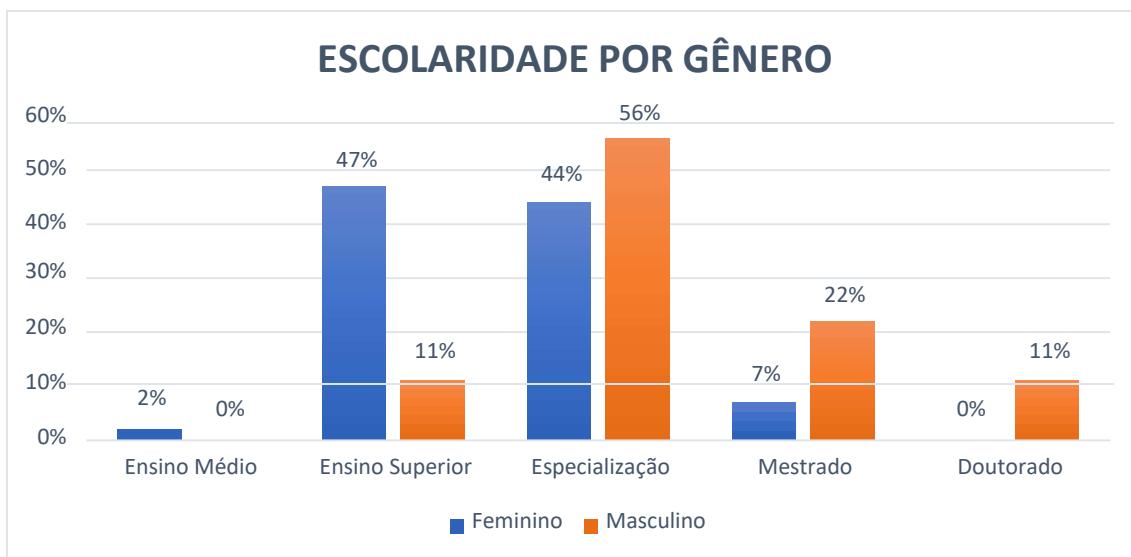


Gráfico 6 – Escolaridade por gênero.

Podemos observar que o gênero masculino tem maior nível de escolaridade entre os professores. Não conseguimos, entretanto, dados do censo escolar que nos desse o nível de escolaridade de professores da Educação Básica por gênero.

As funções dos professores entrevistados variaram entre a sala de aula, direção, direção adjunta, coordenação pedagógica, formação de professores, assistente de alfabetização, assistente (o assistente trabalha como assessor da gerência, verificando as questões pedagógicas, prestações de conta e reuniões), e elemento de equipe (o elemento de equipe é subordinado ao assistente). 13% do total de entrevistados atua na educação Infantil, 55% no Ensino Fundamental I, 18% no Ensino Fundamental II, 11% no Ensino Médio, 5% como diretor(a), 4% como diretores(as) adjuntos(as), 6% como Coordenador(a) pedagógico(a), 3% como professora formadora, 1 % como assistente de alfabetização, 3% como assistente, e 1% como elemento de equipe.



Gráfico 7 – Função exercida por gênero.

Tanto entre o gênero feminino e o gênero masculino, o Ensino Fundamental I, que abrange crianças dos 6 aos 10 anos de idade, teve um destaque na função exercida entre os professores entrevistados.

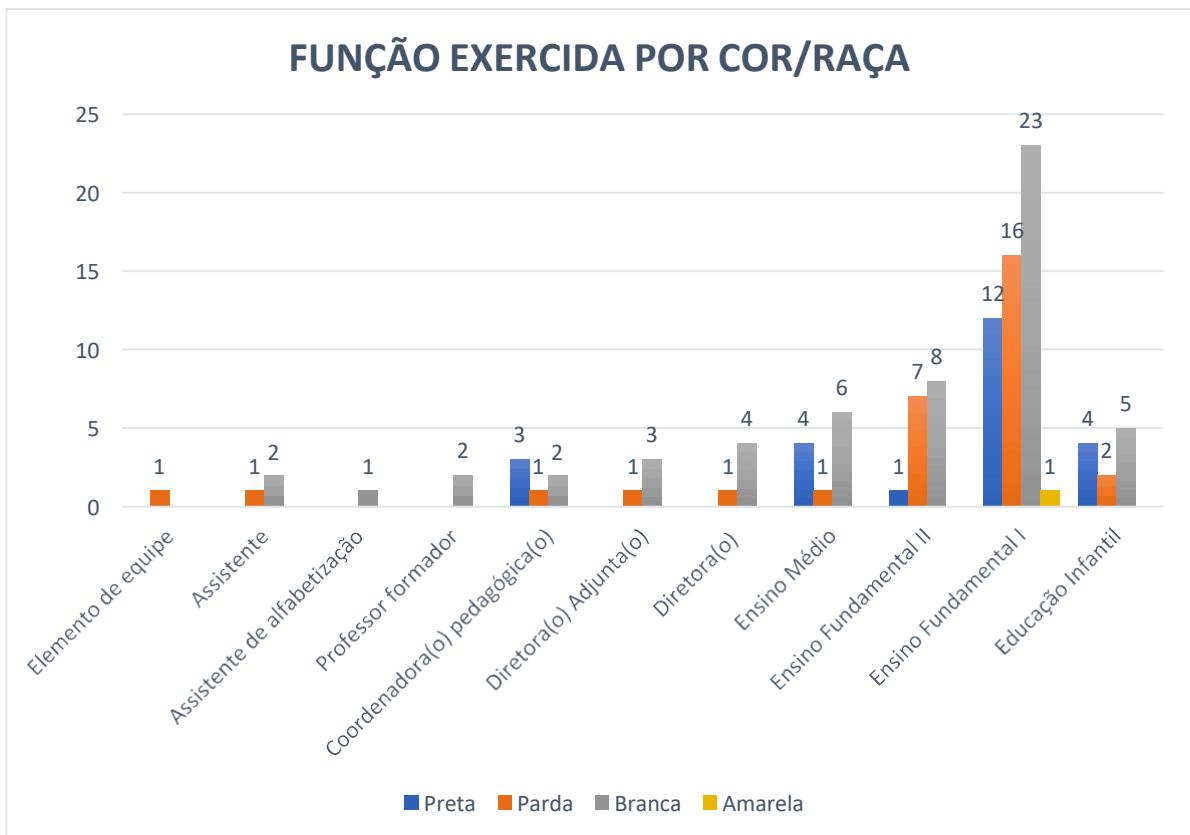


Gráfico 8 – Distribuição da função exercida por cor/raça.

Podemos observar que é mais frequente a presença de professores que se autodeclararam pretos, exercendo funções de sala de aula, não sendo notada a sua presença em funções administrativas, com exceção da coordenação pedagógica. Já o professor que se autodeclara branco, aparece em maior número em quase todas as funções, com exceção somente da coordenação pedagógica, e do elemento de equipe.

Foi pedido para que os professores respondessem se conheciam alguma mulher que tivesse vivido alguma situação de violência. 82% deles responderam que sim, conheciam alguma mulher que já tivesse tido uma história de violência doméstica, e 18% disseram não conhecer. O número de professores entrevistados que conhecem alguma mulher que tenha tido alguma história de violência doméstica é bastante expressivo refletindo a realidade registrada em dados, como por exemplo, os do Conselho Nacional de Justiça.

Você conhece alguma mulher que já tenha tido alguma história de violência doméstica?
100 respostas

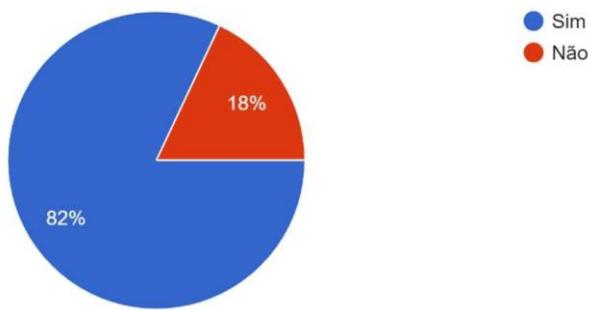


Gráfico 9 – Porcentagem de participantes que declararam conhecer alguma mulher que já tenha tido alguma história de violência.

Segundo o Conselho Nacional de Justiça (2023), existem 117.650 (cento e dezessete mil e seiscentos e cinquenta) processos de violência doméstica em andamento no Estado do Rio de Janeiro, um número bastante elevado, e levando em consideração que muitos casos, se quer, são notificados.

As respostas à uma pergunta aberta que pedia para os professores descreverem algum fato que eles tivessem vivenciado, presenciado, visto em novelas ou filmes, ou qualquer lembrança ou imaginação que correspondesse a expressão “Mulher em situação de violência.”, trouxeram à tona muitos relatos vivenciados e presenciados de violência à mulher.

A novela “Escrava Isaura”, transmitida pela primeira vez em 1976 pela rede globo, e transmitida em 2004 pela TV Record, foi duas vezes mencionada pelos professores.

Já a novela *Mulheres Apaixonadas*, transmitida pela Rede Globo no ano de 2003, na qual uma professora é agredida pelo marido com uma raquete de tênis, foi seis vezes descrita como um fato que os remetesse a mulher em situação de violência. Talvez, pelo fato de que em *Mulheres Apaixonadas* a mulher agredida é uma professora, isso tenha gerado uma certa identificação entre os professores. “Eu e

minha mãe sofriamos violência doméstica. E havia uma novela mulheres apaixonadas onde o personagem agredia a esposa que era professora." (falas de uma participante). "Personagem batia na esposa com raquete de tênis." (falas de uma participante).

5.2 – Análise prototípica

Na análise das palavras evocadas pelos participantes a partir da tarefa de evocação livre, podemos observar na figura do quadro de quatro casas (figura 1) os conteúdos e uma provável estrutura das representações sociais dos professores da Educação Básica sobre a mulher em situação de violência.

No primeiro quadrante superior esquerdo é o que aparecem as palavras que têm uma alta frequência de evocação e que foram mais prontamente evocadas. Essas palavras indicam um provável núcleo central da representação. Nele apareceram **medo, agressão, vulnerabilidade, machismo e covardia**.

A palavra **medo** foi a palavra que se destacou sendo evocada 26 vezes, possivelmente indicando o medo que está associado a imagem que se tem da mulher em situação de violência, a imagem da mulher que tem medo. Medo que a impediria de sair do relacionamento, por exemplo. O termo medo possivelmente está associado ao medo que a mulher teria de denunciar, o medo de ser punida pela denúncia, o medo das ameaças e agressões, e medo do estigma que se pode carregar a mulher nessa situação. (MOURA, et al., 2012). Tudo isso entra de acordo com algumas falas dos participantes. "Infelizmente, durante toda minha infância, minha mãe foi vítima de violência doméstica...Após várias idas e vindas, delegacia e tentativa de assassinato...Eu tinha 10 anos quando ela conseguiu vencer a barreira do medo e se separar".

Figura 1 – Quadro de quatro casas – Termo indutor: Mulheres em situação de violência.

<2,58 ordem média de evocação ≥2,58					
			Frequência ≥ 9,05		
Frequência < 9,05					
Medo	26	2,50	Sofrimento	10	3,40
Agressão	18	1,30			
Vulnerabilidade	16	2,10			
Machismo	10	2,40			
Covardia	10	2,40			
Desrespeito	7	2,30	Humilhação	9	3,00
Tristeza	6	1,30	Dor	9	3,20
			Abuso	7	2,60
			Dependência	7	2,60
			Feminicídio	6	3,20
			Vergonha	6	3,80
			Fragilidade	5	2,80
			Violência física	5	2,60
			Respeito	5	3,80
			Angústia	5	3,80
			Violência verbal	5	3,00

A segunda palavra mais evocada nesse quadrante foi **agressão**. Agressão foi evocada 18 vezes. A evocação da palavra agressão estaria indicando as agressões sofridas pela mulher que estão em situação de violência. Podemos corroborar isso através de alguns estratos de falas de alguns entrevistados, como por exemplo: “Minha mãe adotiva era agredida por seu marido anterior.”, “Esposa sendo agredida sem motivo algum, apenas porque o marido se sente irritado.”, “Já fui agredida fisicamente e sexualmente.”

A imagem da mulher que tem medo e é agredida, possivelmente está associada a mulher vulnerável. E **vulnerabilidade** foi a terceira palavra mais evocada, tendo 16 evocações. Pelo dicionário *Oxford languages*, vulnerabilidade significa qualidade ou estado do que é vulnerável. E vulnerável significa ferido, sujeito a ser atacado, derrotado: frágil, prejudicado ou ofendido. Sendo indicado por um dos participantes como “uma pessoa oprimida em suas escolhas pelo parceiro que não era um agressor físico, mas verbal. Controlador.”.

A quarta palavra mais evocada foi **machismo**, com 10 evocações. Observando a definição de machismo temos “A ideologia de supremacia masculina, de superioridade masculina e de crenças que a apoiem e sustentem.” (LERNER, 2019, P.296). A evocação da palavra machismo indica que existe um possível entendimento do sistema que se faz inserido, porém, se existe uma superioridade masculina, haveria uma inferioridade feminina, que levaria a violência contra a mulher. O machismo é uma construção histórica e social que delimita o lugar de mulheres e homens na sociedade a partir do sexo biológico, e acaba por naturalizar a violência contra a mulher, fazendo com que a violência contra a mulher vá se perpetuando pelos anos. “Cresci vendo minha mãe sofrer violência doméstica. O meu pai além de falar coisas horríveis para minha mãe, ele também agrediu fisicamente.”. (falas de um participante).

“Nunca presenciei, mas é triste e angustiante ver uma mulher sendo vítima de violência tão covarde. Nos tempos atuais está muito em evidência essa violência.” (falas de uma participante). A palavra **covardia** também teve 10 evocações, podendo indicar que os participantes entendem a situação de violência contra a mulher como um ato covarde, como um ato de violência contra o mais fraco. Possivelmente remetendo a ideia de um homem mais forte e uma mulher mais fraca.

“A mulher se via na situação de tanto sofrer com a violência doméstica que passou a acreditar que ela merecia viver aquilo...” (falas de uma participante). No segundo quadrante, o superior direito, temos a primeira periferia, nela aparecem as palavras que têm alta frequência, mas que não foram prontamente evocadas. E nesse quadrante tivemos apenas uma palavra, a palavra **sofrimento**. A palavra sofrimento foi evocada 10 vezes, possivelmente podendo indicar o sofrimento advindo da violência que a mulher estaria inserida. Assim como diz a Lei Maria da Penha (2006) em sua definição de violência doméstica e familiar contra a mulher “como qualquer

ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, no âmbito da unidade doméstica, no âmbito da família, ou em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independente de coabitação”.

No terceiro quadrante, o inferior esquerdo, encontra-se a zona de contraste, nela contém elementos que foram prontamente evocados, porém com frequência abaixo da média. Nesse quadrante as evocações que apareceram foram **desrespeito e tristeza**.

Desrespeito que significa ausência de respeito ou falta de consideração, foi evocada 7 vezes, podendo indicar o entendimento dos participantes que a atitude de violência contra as mulheres é desrespeitosa, e que mulheres também são merecedoras de respeito, e que possuem o direito de não serem tratadas com violência. A evocação de desrespeito tira a mulher de uma posição de inferioridade e submissão, e a coloca no lugar de merecedora e digna de respeito. Uma mulher que tem direitos. “...Eu me pergunto por que alguns homens pensam que podem possuir desta forma uma mulher e destruí-la quando julga que ela merece uma “punição”. O que permeia a mentalidade destes homens para que ajam desta forma? Que sociedade machista!”. (falas de uma participante).

“...Triste saber que isso acontece com muitas mulheres.” (falas de uma participante). A evocação da palavra **tristeza** indica que a situação de violência em que algumas mulheres se encontram faz emergir em alguns participantes o sentimento de tristeza, sentimento comum aos seres humanos diante de algumas situações, sentimento que também pode ser considerado como falta de ânimo. Ao contrário de desrespeito, que entende que a mulher tem direitos, tristeza pode ser considerado um sentimento que abate e que desanima. Indicando que a mulher em situação de violência é uma mulher digna de pena.

A segunda periferia no quarto quadrante, inferior direito, indica os elementos com menor frequência e maior ordem média de evocação, ou seja, não foram prontamente evocados. Nesse quadrante temos os elementos mais distantes dos elementos centrais, e os elementos que permitem a integração das experiências e histórias individuais. Os elementos que apareceram nesse quadrante foram

humilhação, dor, abuso, dependência, feminicídio, vergonha, fragilidade, violência física, respeito, angústia e violência verbal.

“Cenas de filmes ou da vida real estão repletas de mulheres que sofrem agressões verbais, físicas, desmoralização, humilhação pública, as quais têm potencial para conduzirem à letalidade de suas vítimas. Por várias razões, muitas são silenciadas ou desencorajadas a denunciarem a situação de agressão.” (falas de uma participante).

Humilhação foi a palavra que mais foi evocada nesse quadrante, podendo ter uma ligação com **vergonha, violência verbal, dor, angústia e abuso**. O conjunto dessas palavras podem indicar a submissão, o abatimento, a sensação desagradável, o sofrimento, e o sentimento causado pelo medo do julgamento dos outros. Geralmente sentimentos associados a mulher que está em situação de violência. “Homem gritando com mulher em ambiente público. Ela de cabeça baixa, visivelmente envergonhada.”

Fragilidade e dependência podem indicar um ser que é frágil e subordinado, um ser fraco, um ser que precisa de proteção e cuidado, um ser que é dependente do outro.

Feminicídio e violência física geralmente estão fortemente associados. Em muitos casos quando se pensa em mulher em situação de violência se pensa na marca visível, na mancha roxa deixada na pele, na agressão que pode levar a morte. É possível que essas evocações estejam indicando a mulher vítima, a mulher vítima de violência. “Quando eu era criança, um vizinho matou a esposa em um espancamento. Não foi a única mulher conhecida que morreu dessa forma...” (falas de uma participante)

Respeito foi uma das poucas palavras evocadas, junto com desrespeito, que coloca a mulher como um ser de direitos, um ser que deve ser considerado e respeitado, um ser que não é inferior, mas igual.

6- Considerações finais

Este trabalho se propôs a investigar as representações sociais de professores da Educação Básica sobre as mulheres em situação de violência. Para isso foi necessário partir de um panorama dos dados da violência contra a mulher no Brasil e no mundo, verificar as definições dos tipos de violência contra a mulher e a maneira como se manifestam nas relações, além de fazer uma revisão da literatura sobre os conteúdos históricos da naturalização da violência, Educação Básica, e as relações de gênero.

Através da abordagem estrutural das representações sociais foi possível identificar os conteúdos e estrutura representacional da mulher em situação de violência para os professores da Educação Básica, identificando seus possíveis elementos do núcleo central, e seus possíveis elementos do sistema periférico.

Na análise dos dados sociodemográficos observamos que 91 participantes se autodeclararam do gênero feminino, vindo de encontro ao fenômeno de feminização do magistério, que relaciona a função da professora com a função de mãe cuidadora.

50% dos participantes se autodeclararam brancos, podendo estar relacionado ao fato de pretos, pardos e indígenas não terem a escolaridade exigida para ocuparem o cargo de professor, já que juntos somam um maior número de exclusão escolar do que brancos.

O gênero masculino teve uma maior escolaridade do que o gênero feminino, assim como, os participantes que se autodeclararam brancos também tiveram uma maior escolaridade do que os que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas.

82% dos participantes declararam conhecer alguma mulher que já tenha tido alguma história de violência doméstica. Confirmando o fato de que ainda é urgente que medidas eficazes sejam tomadas em relação a violência contra a mulher e que a igualdade de gênero é um fator muito importante no combate dessa violência.

Os sujeitos de pesquisa, que totalizaram 100 professores da Educação Básica, sendo 91 deles autodeclarados do gênero feminino, por vezes, estavam também na

condição de objeto de pesquisa. As professoras, sendo a maioria dos participantes, por vezes, precisaram refletir sobre si próprias, já que algumas delas já estiveram ou estão vivendo em situação de violência.

Para o professor da Educação Básica possivelmente a mulher em situação de violência é uma mulher que sofre, que é digna de tristeza, e que tem seus direitos desrespeitados, além de ser frágil e dependente.

Os possíveis elementos centrais e periféricos na estrutura representacional, sugerem que a mulher em situação de violência ainda é vista por muitos, inclusive professores da Educação Básica, como a mulher vítima de violência. A mulher vítima não tem saída, a não ser que alguém a salve, já a mulher em situação de violência pode sair dessa situação com auxílio de uma rede de apoio e medidas de políticas públicas eficazes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. Violência contra as mulheres em dados. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/>. Acesso em: 12 de dez de 2022.

ALEXANDRE, M. O papel da mídia na difusão das representações sociais. Rio de Janeiro: Comum, 2001. Disponível em: <<https://www.sinpro-rio.org.br/imagens/espaco-do-professor/sala-de-aula/marcos-alexandre/opapel.pdf>> Acesso em: 15 de jan. de 2021.

ALVES, C. J. L.; CAETANO, A.; FREITAS, A. C. S. Jornal das Moças: ensino, mídia e discurso. **Temática**, nº2, p.102-106, 2016.

ALVES-MAZZOTTI, J. A.; GEWANDSZ, F. O método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa quantitativa e qualitativa: 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

ARONOVICH, Lola. Prefácio. In: LERNER, Gerda. A criação do patriarcado: História da opressão das mulheres pelos homens. 1.ed. São Paulo: Cultrix, 2019, p. 16-22.

BERTONI, L. M.; GALINKIN, A. L.; Teoria e métodos em representações sociais. Ilhéus: Editus, 2017. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/yjxdq/pdf/mororo-9788574554938-05.pdf>

BÔAS, L.P.S.V. Uma abordagem da historicidade das representações sociais. Cadernos de pesquisa. V.40, p. 379-405, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/Xxm5WhjHR6knqkw5JSV4LmF/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 14 de abril de 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016] Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 21 de fev. de 2020.

BRASIL. Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996. Promulga a Convenção Interamericana para prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1973.htm>. Acesso em: 09 de fev. de 2020.

BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Violência contra mulheres em 2021. 2022. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf>> Acesso em: 07 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 23 de jun. de 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Congresso Nacional, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 09 de fev. de 2020.

BRASIL. **Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher. Brasília: Congresso Nacional, 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/Lei/L14164.htm. Acesso em: 22 de ago. de 2022.

BRASIL. Ministério da mulher, da família e dos direitos humanos. **Painel de dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.** Brasília, DF: Ministério da mulher, da família e dos direitos humanos, 2022. Disponível em: <[2022 — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](https://www.gov.br/2022---Portugu%C3%A9s%20(Brasil).htm)>. Acesso em: 20 de ago. de 2022.

BRASÍLIA.SPM/PR. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.** Brasília: Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, 2011. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>>. Acesso em: 28 de fev. de 2020.

CHAVES, A.M; SILVA, P.L. Representações Sociais. In: Psicologia Social: Temas e Teorias. 2.ed. Brasília: Revista e Ampliada, 2013, p. 413-464.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça, 2023. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/justica-do-rio-registra-cerca-de-118-mil-acoes-de-violencia-domestica/#:~:text=Atualmente%20h%C3%A1%20117.650%20processos%20de,viol%C3%A1ncia%20dom%C3%A9stica%20com%203.343%20a%C3%A7%C3%B5es>>. Acesso em: 07 de abril de 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). **Referências Técnicas para a atuação de psicólogas (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência.** Brasília, DF: CFP, 2013.

CUNHA. Bárbara Madruga da. Violência contra a mulher, direito e patriarcado: Perspectivas de combate à violência de gênero. In: Jornada de Iniciação Científica, V.16, p.149-170, 2014. Disponível em: <<http://www.direito.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/12/Artigo-B%C3%A1rbara-Cunha-classificado-em-7%C2%BA-lugar.pdf>>. Acesso em: 20 de mar. de 2020.

CUBAS, M.G.; ZAREMBA.J.; AMÂNCIO, T. Brasil registra 1 caso de agressão a mulher a cada 4 minutos, mostra levantamento. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 9 de set de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/brasil-registra-1-caso-de-agressao-a-mulher-a-cada-4-minutos-mostra-levantamento.shtml>>. Acesso em: 09 de fev. de 2020.

Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher. Pequim, 1995. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf>

DINIZ, N. M. F., SANTOS, M. F. S. & LOPES, R. L. M. Representações sociais da família e violência. **Ver Latino-am Enfermagem**, Ribeirão preto, vol.15, n.6, pp.1184-1189, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692007000600020&script=sci_abstract&tlang=pt>. Acesso em: 27 Jul. 2020.

DRUMMONTT, Mary Pimentel. *Elementos para uma análise do machismo*. 1980. Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista (UNESP), São Paulo, 1980.

ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do estado. 1.ed. [s.l.]: lebooks, 2019. E-book kindle. 166p.

GOUVEIA, R. Influência Social. In: Psicologia Social: Temas e Teorias. 2.ed. Brasília: Revista e Ampliada, 2013, p. 357-411.

HYPOLITO, A. L. M. Trabalho docente, classe social e relações de gênero. 1. ed. Campinas: Papirus, 1997. 120p.

IMP – Instituto Maria da Penha. 2018. Disponível em: <<https://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/ciclo-da-violencia.html>> Acesso em: 12 dez. 2022.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2022. Disponível em: <[Conheça o perfil dos professores brasileiros — Inep \(www.gov.br\)](https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica)> Acesso em: 20 dez. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA.

Sinopse Estatística da Educação Básica 2022. Brasília: Inep, 2023.

Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica> . Acesso em: 06 de abril de 2023.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (Org.). As representações sociais. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2001. p. 17- 29. Disponível em: <[PDF\) Representações sociais: Um domínio em expansão \(researchgate.net\)](https://www.researchgate.net/publication/228311177)> Acesso em: 07 de setembro de 2020.

JORNAL das moças. In. Wikipédia: a enciclopédia livre. [São Francisco, CA: Fundação wikimedia], 2021. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Jornal_das_Mo%C3%A7as> Acesso em: 15 dez. 2022.

LERNER, G. A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens. Tradução: Luiza Sellera. 1.ed. São Paulo: Cultrix, 2019. 418p.

LIGUE 180 – Central de atendimento à mulher. **Relatório 2018**. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/ouvidoria/Balanco_180.pdf/view>. Acesso em: 16 de fev. de 2020.

MINAYO, C. M. de S. et al. Teoria, método e criatividade: 21.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de vigilância em saúde. Impacto da violência na saúde dos brasileiros. Brasília: Ministério da saúde, 2005.

MOURA, M.A.V.; NETTO, L. A.; SOUZA, M.H. N. Perfil sociodemográfico de mulheres em situação de violência assistidas nas delegacias especializadas. Escola Anna Nery, revista de enfermagem. P. 435-442, 2012. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/ean/a/b45JFNNtp4GVRjBTp7y4Zdh/?lang=pt>> Acesso em: 06 de abril de 2023.

MOUSSATCHÉ. H.; PERNEMBUCO. D. L.; Educação imaginário social: Revendo a escola. Brasília: Em Aberto, 1994. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/me000634.pdf>> Acesso em: 15 de jan. de 2021.

NAIFF, L. M., NAIFF, D. G. M & SÁ, C. P. Misses e normalistas, ícones da presença feminina na geração “Anos Dourados”: um estudo de memórias e representações sociais. Memorandum: Memória e História Em psicologia, Belo Horizonte, 25, 127-148, out de 2013.

ONU: Taxa de feminicídios no Brasil é quinta maior do mundo; diretrizes nacionais buscam solução. NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-feminicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/>>. Acesso em: 09 de fev. de 2020.

O QUE A MULHER DEVE SER. **Jornal das moças**, Rio de Janeiro, 21 de maio de 1914. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/jornal-mocas/111031>> . Acesso em: 09 de out. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Relatório Mundial de Violência e Saúde. Genebra: OMS, 2002.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE/ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OPAS/OMS). OPAS Brasil, [s.d.]. Folha informativa – Violência contra as mulheres. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women#:~:text=A%20viol%C3%A1ncia%20por%20parceiro%20%C3%ADntimo,parceiro%20%C3%ADntimo%20do%20sexo%20masculino.> . Acesso em: 09 de fev. de 2020.

ORTIGÃO, Ramalho. O evangelho das mães. **Jornal das moças**, Rio de janeiro, 26 de janeiro de 1950. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/jornal-mocas/111031>> Acesso em: 09 de out. 2020.

QUEIROZ, Fernanda Marques de. *Não se rima amor e dor: Representações sociais sobre violência conjugal*. 2004. 276f. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

RABELO, A.O; MARTINS, A. M. A mulher no magistério brasileiro: Um histórico sobre a feminização do magistério. In congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, Aveiro, 6167-6176, 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Amanda-Rabelo-3/publication/266244820_A_MULHER_NO_MAGISTERIO_BRASILEIRO UM HISTORICO SOBRE A FEMINIZACAO DO MAGISTERIO/links/5a20254c458515341c839373/A-MULHER-NO-MAGISTERIO-BRASILEIRO-UM-HISTORICO-SOBRE-A-FEMINIZACAO-DO-MAGISTERIO.pdf> Acesso em: 07 de abril 2023.

SÁ, C. P. Núcleo Central das Representações Sociais: 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SCOTT, JOAN. Gênero: Uma categoria útil para análise histórica. New York: Columbia University Press, 1989.

SENADO FEDERAL. Painel de Violência contra Mulheres, 2016. Disponível em: <<http://www9.senado.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=senado%2FPainel%20OMV%20-%20Viol%C3%A3o%20contra%20Mulheres.qvw&host=QVS%40www9&anonymous=true>> Acesso em: 16 de fev. de 2020.

SILVA, G. R. F. et al. Entrevista como técnica de pesquisa qualitativa. **Online Brazilian Journal of Nursing**, vol.5, n.2, 2006. Disponível em: <http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/rt/printerFriendly/382/88> Acesso em: 27 Jul. 2020.

SILVA, S.G. preconceito e discriminação: As bases da violência contra a mulher. **Psicologia, ciência e profissão**, Rio de Janeiro, p.556-571, 2010.

UNICEF. Cenário da Exclusão Escolar no Brasil um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação, 2021. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf>> . Acesso em: 06 de abril de 2023.

VIANNA, C. P. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (Org.). Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações. Brasília, DF:

Abaré, 2013. p. 159-180. Disponível em:<http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/44242> . Acesso em: 07 de abril de 2023.

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada: As representações sociais de professores da Educação Básica sobre a mulher em situação de violência, conduzida por Vanessa dos Santos Anjos.

Este estudo tem por objetivo identificar as representações sociais de mulheres em situação de violência para professores da Educação Básica.

Você foi selecionado(a) por ser maior de 18 anos, e Professor (a) da Educação Básica da cidade do Rio de Janeiro. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo.

Como benefícios da sua participação nesta pesquisa será possível identificar os possíveis problemas relacionados ao que professores da Educação Básica pensam em relação a mulher em situação de violência, além de contribuir para o avanço das pesquisas relacionadas ao processo de formação e manutenção das representações sociais.

Esta pesquisa poderá acarretar algum desconforto físico ou emocional por investigar temas sensíveis aos participantes. Para reduzir ao mínimo este possível desconforto, os dados serão obtidos de forma a não conter nenhum dado que identifique os participantes. Caso você não se sinta confortável após participar da pesquisa, a pesquisadora e orientador estão à disposição para oferecer apoio psicológico para orientar/minimizar/dissolver o incômodo provocado.

Será garantido ao entrevistado a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação em todas as fases da pesquisa.

Sua participação na pesquisa não é remunerada nem implicará em gastos para os participantes. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a um questionário sociodemográfico,

uma tarefa de evocação livre, além de uma pergunta fechada, e uma pergunta aberta. A pesquisa será realizada de forma online, através do aplicativo de pesquisa *Google forms*, e não levará mais do que 15 minutos.

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação.

O pesquisador responsável se compromete a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos participantes.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possuidas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável / coordenador da pesquisa. Seguem os telefones e o endereço institucional do pesquisador responsável e do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, onde você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação nele, agora ou a qualquer momento.

Como os danos causados pela pesquisa serão minimizados em função do anonimato do participante, e como não serão imputados ao participante qualquer despesa ou custo, não cabe indenizações decorrentes dos procedimentos realizados nessa pesquisa.

Contatos do pesquisador responsável: Nome: Vanessa dos Santos Anjos. TEL: (21) 988252160. E-MAIL: vdanjos@yahoo.com.br

Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com o pesquisador responsável, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da UERJ: Rua São Francisco Xavier, 524, sala 3018, bloco E, 3º andar, - Maracanã - Rio de Janeiro, RJ, E-mail: coep@sr2.uerj.br Telefone: (021) 2334-2180. O CEP COEP é responsável por garantir a proteção dos participantes de pesquisa e funciona às segundas, quartas e sextas-feiras, de 10h às 12h e 14h às 16h.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar.

Formulário Google Forms

Perguntas Respostas 100 Configurações

Seção 2 de 3

Questionário sociodemográfico

Descrição (opcional)

Qual é a tua idade? *

Texto de resposta curta

Com qual gênero você se identifica? *

Feminino

Masculino

Outros...

A screenshot of a Google Forms survey. The top navigation bar shows 'Perguntas' (Questions) as the active tab, 'Respostas 100' (Responses), and 'Configurações' (Settings). The title of the section is 'Seção 2 de 3' (Section 2 of 3). The first question is 'Questionário sociodemográfico' (Sociodemographic questionnaire) with a 'Descrição (opcional)' (Optional description) field. The second question is 'Qual é a tua idade? *' (What is your age? *), followed by a 'Texto de resposta curta' (Short answer text) input field. The third question is 'Com qual gênero você se identifica? *' (With which gender do you identify? *), followed by a radio button group with three options: 'Feminino', 'Masculino', and 'Outros...'. Each question has a 'Mais' (More) button to the right.

De qual cor você se autodeclara? *

- Preta
- Parda
- Branca
- Amarela
- Indígena

Qual seu estado civil? *

- Solteiro (a)
- Casado (a)
- Separado (a)
- Divorciado (a)
- Viúvo (a)

Você tem filhos? *

- Sim
- Não

Qual a sua escolaridade? *

- Ensino Fundamental
- Ensino Médio
- Ensino Superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado

A escola que você trabalha é de qual rede de ensino? *

- Municipal
- Estadual
- Particular

Quais funções você exerce na escola? *

- Professor (a) de Educação Infantil
- Professor (a) de Ensino Fundamental I
- Professor (a) de Ensino Fundamental II
- Professor (a) de Ensino Médio
- Diretor (a)
- Diretor (a) Adjunto
- Coordenador (a) Pedagógico
- Outros...

Qual a cidade da escola que você trabalha? *

Texto de resposta curta

Qual o bairro da escola que você trabalha? *

Texto de resposta curta

Tarefa de Evocação Livre



Diante do termo: **Mulheres em situação de violência**

Me diga de 3 a 5 palavras ou expressões que lhe venham imediatamente a cabeça.

1 *

Texto de resposta curta

2 *

Texto de resposta curta

3 *

Texto de resposta curta

4 *

Texto de resposta curta

5 *

Texto de resposta curta

Você conhece alguma mulher que já tenha tido alguma história de violência doméstica? *

Sim

Não

Descreva algum fato que você tenha vivenciado, presenciado, visto em novelas ou filmes, ou qualquer lembrança ou imaginação que corresponda a expressão "**Mulher em situação de violência**". *

Texto de resposta longa

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdCmfO5hi8qMYN0bOJSR3mL4pC2Cvk49ui-pO1YiNL_w-IIAQ/viewform?usp=sf_link